



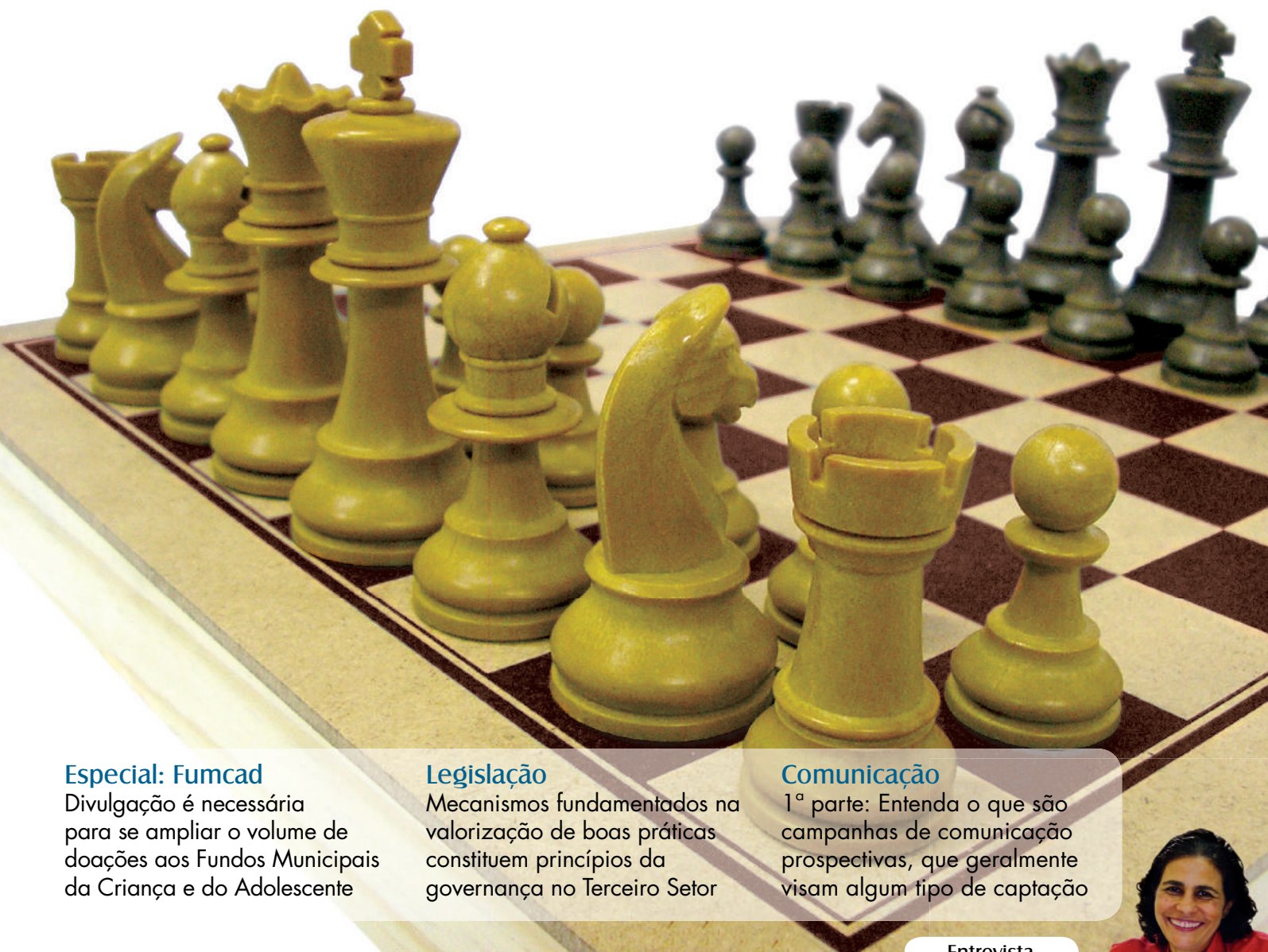
BRASIL
Edição 26 – ano V – 2006

filantropia[®]

Responsabilidade Social & Terceiro Setor

Planejamento Estratégico

A importância de se estudar detalhadamente cada passo de um projeto social



Especial: Fumcad

Divulgação é necessária para se ampliar o volume de doações aos Fundos Municipais da Criança e do Adolescente

Legislação

Mecanismos fundamentados na valorização de boas práticas constituem princípios da governança no Terceiro Setor

Comunicação

1ª parte: Entenda o que são campanhas de comunicação prospectivas, que geralmente visam algum tipo de captação

Entrevista

Para a fundadora do IBDD e autora da lei nº 7.853/89, o Brasil seria exemplar com seus deficientes se a legislação fosse cumprida

Teresa Costa



Saiba mais sobre o Terceiro Setor



Uma revista voltada a todos que militam em prol do Terceiro Setor, estreitando a relação entre entidades beneficentes, voluntários, doadores, governo e pessoas carentes

Assinaturas:

(11) 3124-3005

assinaturas@revistafilantropia.com.br

Redação/Publicidade:

(11) 6978-6686

filantropia@revistafilantropia.com.br



Mobilização de recursos

Dicas de como mobilizar recursos para sua entidade. Como e onde conseguir verbas privadas e públicas, técnicas de controle e relacionamento com doadores.



Leis, tributos e gratuidades

Tudo sobre legislação aplicada ao Terceiro Setor. Leis específicas e suas alterações comentadas por especialistas, controle de gratuidades, imunidade fiscal e tributária, incentivos fiscais e um canal direto com o MPAS e CNAS.



Gestão do Terceiro Setor

Contabilidade, administração e metodologias aplicadas à gestão de entidades sem fins lucrativos. Controles financeiros, certificações públicas e recursos humanos.



Projetos sociais

Modelos de gestão que deram certo. Do Oiapoque ao Chuí, exemplos de entidades sociais e ambientais, com históricos, números e conselhos úteis de seus dirigentes.



Responsabilidade social

O papel exercido pelas empresas na composição do cenário social brasileiro. Responsabilidade corporativa e projetos sociais de diversas empresas.



Voluntariado

Dicas, direitos e deveres para um bom voluntariado. Onde, como e porque atuar voluntariamente em algum projeto social ou entidade não-governamental.

Leia e assine!

Assinatura anual (6 edições): R\$ 49,00

Exemplares avulsos e anteriores: R\$ 7,50 a R\$ 8,90

Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito. Aprimore-se lendo a Revista Filantropia.

Turismo sustentável

Em dezembro, mais uma esdrúxula produção hollywoodiana deve naufragar nos mares da futilidade e do absolutismo hipócrita norte-americano. Pelo menos se depender dos cinéfilos “brazucas”.

“Turistas” é uma película repudiante. Narra a história de seis jovens americanos que decidem visitar o Brasil para curtir sexo, drogas e noitadas inesquecíveis. No entanto, tomam uma droga que os deixa desacordados, são assaltados, seqüestrados, torturados e, segundo os diversos *boax** que navegam pela internet, têm seus órgãos roubados por uma quadrilha que comercializa matéria-prima de transplantes. Para enraizar ainda mais o repúdio a uma legenda dessas, o nome do filme vem acompanhado do slogan: “Em um país onde vale tudo, tudo pode acontecer!”.

Creio que estas informações já foram suficientemente divulgadas pela mídia brasileira, para que o boicote ao filme seja unânime. Mas isso basta? A Embratur está preparando uma campanha internacional de valorização às riquezas naturais e culturais brasileiras, dada a preocupação com a repercussão negativa que o lançamento pode causar.

Absurdos e exageros à parte, contemplo a opinião de um grande amigo, ao afirmar que o filme fez com que nós nos questionássemos: “Como tratamos os nossos turistas?”. Não é necessário repetir que o Brasil tem de sobra recursos naturais, humanos, culturais e históricos para ser grande potência turística mundial. Podemos ser o playground dos cultos e endinheirados europeus, asiáticos e norte-americanos.

Falta estrutura, sim, mas este quesito está sendo resolvido aos poucos. Mais do que isso, falta a **consciência** de cada brasileiro em saber que, enquanto os outros países refutam a sustentabilidade do ser humano com poluição, estresse e crescimento desordenado, nós, brasileiros, podemos sobreviver muito bem – ao lado de nossa rica agricultura –, servindo nossas praias, rios e florestas aos turistas que buscam aqui lazer e descanso.

Na carona deste desenvolvimento, o Terceiro Setor precisa criar oportunidades que, por meio do turismo sustentável, possam incrementar suas ações sociais: captação de recursos, desenvolvimento de programas de voluntariado e proteção do patrimônio natural e histórico do país.

Vou além: as organizações sociais precisam desenvolver aptidões que possam trazer qualificação profissional a meninos e meninas, para que, no futuro, sobrevivam de atividades remuneradas ligadas ao atendimento a turistas nacionais e estrangeiros.

Os que conhecem atrações turísticas ao redor do mundo sabem que países dependentes do turismo transformaram conceitos de suas populações a fim de melhor atender visitas ilustres, e, muitas vezes, o potencial turístico era infinitamente menor que o brasileiro. Mas aproveitaram e expuseram este potencial para que se tornasse atraente.

Nós que temos nossas paisagens naturalmente atraentes ainda descartamos levemente uma absoluta oportunidade de sustentabilidade.

* Boatos distribuídos pela internet.

Marcio Zeppelini

editor@revistafilantropia.com.br

“Minha terra tem
palmeiras, onde
canta o sabiá.
As aves que aqui
gorjeiam não
gorjeiam como lá”

“Canção do Exílio”,
do poeta brasileiro
Gonçalves Dias



Zeppelini Editorial Ltda.
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308, Santana
CEP 02013-002 – São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 6978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini

Administração
Mauro Zeppelini

Coordenação
Priscila Centin Thuller

Comercial
Hilton Rocha da Justa

Jornalista responsável
Elaine Cristina Iorio (MTB 43.306/SP)

Coordenação editorial
Viviane Rodrigues

Diagramação
Adriano Aquino
Maurício Esquiavoi
Paola Martins Viveiros
Renata Ariane Rosa

Atendimento
Stefany Herrán Martins

Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br
Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br
Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br
Tel. (11) 3124-3005 / Fax (11) 3151-4500

Conselho editorial deliberativo
Marcelo Monello
Marcio Zeppelini
Marcos Biasoli
Mauro Zeppelini
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta
Anísia Sukadolnik
Antonio Brito
Custódio Pereira
Felipe Mello
Fernando Credidio
Milú Villela
Ricardo Falcão
Roberto Ravagnani

Idealizadores



Organizações parceiras



Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.

12 Entrevista

Teresa Costa D'Amaral

Para ela, inclusão social dos portadores de deficiência não depende de milhões de dólares e nem de programas sociais muito complexos



24 Capa

Planejar para o bem do futuro

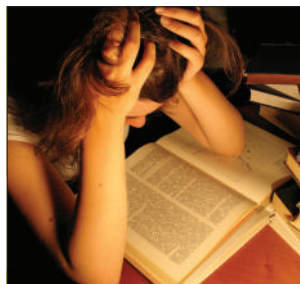
Organizações entendem a importância da elaboração profissional de um planejamento estratégico para o sucesso do projeto social



32 Voluntariado

O desafio de fazer da educação prioridade nacional

Baixos índices de educação no Brasil justificam iniciativas intersetoriais como o Compromisso Todos pela Educação



40 Reflexão

Com quantas varas se faz uma comunidade?

Entidade de Fortaleza contribui para o fortalecimento da identidade comunitária do seu entorno, oferecendo serviços para formação do ser humano



Mão dupla	04	
	05	Evento
Acontece	06	
	10	Notícias do Planalto
Comunicação	16	
	18	Legislação
Artigo	22	
	23	Administração
Legal	29	
	35	Entidade representativa
Especial: Fumcad	36	
	38	Assistência social
Responsabilidade social	42	
	44	Serviços
Perguntas do Terceiro Setor	46	
	47	Agenda
Vitrine social	48	

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade



Instituto Mensageiros



Rua Barra Funda, 555
São Paulo/SP
www.institutomensageiros.org.br
instituto@institutomensageiros.org.br
(11) 3828-2168

CNPJ: 02.530.487/0001-40
Ut. Pública Municipal: 4/11/05, decreto nº 46.602/05
CNAS: Resolução nº 5 de 1/2/06, DOU de 8/2/06
CMDCA: 860/CMDCA/2000
Seads: 5218
Comas: 727/2003

Necessidades:

- roupas e calçados
- roupas de cama, mesa e banho
- brinquedos
- alimentos não-perecíveis
- produtos de higiene e limpeza

Serviço de Obras Sociais (SOS)



Rua Francelino Romão, 100
Sorocaba /SP
www.sossorocaba.org.br
sos@sossorocaba.org.br
(15) 3221-5777 / 3222-2411

Ut. Pública Federal: Lei nº 10.613 de 3/791
Ut. Pública Estadual: Lei nº 638 de 15/5/75
Ut. Pública Municipal: Lei nº 1.551 de 15/5/69
CNAS: 252.429 de 19/12/01
CMAS: 23 de 4/7/94
Ceas: 206, DOU de 24/1/02, processo nº 28010003907/92-95
CNAS: 4/7/74, processo nº 252.429/73
CMDCA: 86

Necessidades:

- roupas de cama, mesa e banho
- roupas
- computadores
- material de escritório
- material de higiene

Organizações que VOCÊ pode ajudar

Por meio de doações, você pode auxiliar essas instituições a seguir sua trajetória de cidadania. Em alguma delas sua solidariedade irá se encaixar!

Instituto Lar de Jesus



Avenida Cristóvão José dos Santos, 651
Pelotas/RS
larjesus@uol.com.br
(53) 3223-0276

CNPJ: 87.393.039/0001-02
Ut. Pública Municipal: Lei nº 1.144/62
Ut. Pública Estadual: 002211-2100/00.8
Ut. Pública Federal: Decreto nº 89.439/84
CNAS: 227.301/68
Registro Civil de Pessoa Jurídica: 849.06.04.68
Ceas: Processo nº 271.161/69
CMDCA: 001/96
CMAS: 1.6.210.3.6.23.001/96

Necessidades:

- roupas e calçados
- alimentos não-perecíveis
- produtos de higiene
- material de construção
- equipamentos eletrônicos e de informática

Projeto Bom Pastor



Rua Santo Antônio do Amparo, 207
Sabará/MG
www.projetobompastor.com.br
contato@projetobompastor.com.br
(31) 3672-2277

CNPJ: 00.067.952/0001-22

Necessidades:

- computador
- filmadora
- instrumentos musicais
- alimentos não-perecíveis
- produtos de higiene

Entidades, favor enviar lista de necessidades para o e-mail imprensa@revistafilantropia.com.br ou pelo fax (11) 6978-6686.

Evento do Comas-SP discute a consolidação de políticas públicas na área social

Autoridades presentes lembraram os 13 anos de promulgação da Loas, enfatizando sua importância para a proteção social

Agenor Mônico

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo (Comas-SP) realizou em 7 de dezembro, no Centro de Convenções Pompéia, o Encontro Municipal de Assistência Social – A Consolidação da Política Pública de Proteção Social – 13 anos de Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Participaram 260 organizações dos vários segmentos da assistência social, além de titulares e técnicos de Supervisões de Assistência Social de 16 Subprefeituras de São Paulo, 12 técnicos e assessores da Secretaria Municipal de Assistência Social e especialistas do setor.

Em alusão à data de promulgação da Loas (lei federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) os palestrantes tiveram a oportunidade de discorrer e debater com o público participante do encontro a implementação e a consolidação deste estratégico instituto, norteador das políticas relativas ao setor nos três entes da Federação.

Discursos

Em seu discurso inaugural, Marcelo Roberto Monello, presidente do Comas-SP, destacou o avanço que significou a Loas, ao viabilizar a aplicação das conquistas da assistência social inscritas na Constituição Federal. Ele ressaltou, no entanto, que “ainda há muito que fazer para qualificar o Sistema Único de Assistência Social (Suas)”. Silvio Iung, presidente do CNAS, também abordou o assunto: “A partir do momento que a assistência social conseguiu definir o seu espaço é que passamos a ter condições de discutir novamente, de forma mais clara e com mais amplitude, a proteção social no país”.


Em seguida, o secretário Municipal de Assistência de Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro, informou que, a pedido do prefeito Gilberto Kassab, um crédito suplementar será liberado para que as entidades conveniadas possam arcar com o dissídio dos trabalhadores das entidades, da ordem de 4,57%. Com esta medida, ele enfatizou que serão beneficiadas mais de 2,5 milhões de famílias.

O prefeito Gilberto Kassab, em discurso próprio, ressaltou a importância das parcerias e da participação da sociedade civil para o trabalho social, que, segundo ele, “é um compromisso da prefeitura não só com a cidade de São Paulo, mas com o estado de São Paulo e com o país”.

Participações

As seguintes autoridades também compareceram à solenidade de abertura: José Pólize Neto, secretário Municipal Especial para Participação e Parceria; Orlando Almeida Filho, secretário Municipal da Habitação; Ministro José Gregori, presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo; Maria Augusta de Queiroz Barbosa, presidente do Conseas-SP; Delvita Pereira Alves, presidente do Condeca; Irene Cruz Annes da Silva, presidente do Grande Conselho Municipal do Idoso de São Paulo; Antonio Brito, presidente da Confederação das Santas Misericórdia e Hospitais Filantrópicos do Brasil; William Lisboa, coordenador do Fórum Municipal de Assistência Social de São Paulo; José Reinaldo Nogueira de Oliveira Junior, presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo; Zélia Therezinha Lopes Mimessi, vice-presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes


do Estado de São Paulo; José Heleno Mariano, vice-presidente do Sindicato dos Contabilistas do Estado de São Paulo; Paulo Frange, vereador do Município de São Paulo; entre outros.

Uma atividade cultural antecedeu a cerimônia, com a apresentação de um pequeno trecho da peça “Diário de Um Carroceiro” pelo ator Antonio Carlos de Nigro. A peça é de autoria de Sebastião Nicomedes, conselheiro do Comas-SP, e produzida por Max Muratório de Macedo, presidente do Centro de Artes Alternativas e Cidadania (Caac). A direção é de Iara Brasil. O encontro também contou com a exposição fotográfica “Caminhando para o futuro... um novo olhar”, de autoria de Silvia Russo. A mostra apresenta cenas do cotidiano dos moradores de rua desta cidade. 



Evento recebeu grande número de participantes

Links

 **Comas-SP**
http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/comas

1º Diálogos da Filantropia comemora os 5 anos da revista

A **Revista Filantropia** promoveu nos dias 29 e 30 de novembro, em São Paulo, o congresso 1º Diálogos da Filantropia. Foram 150 inscritos, entre voluntários, gestores de ONGs, dirigentes de empresas ligadas à responsabilidade social, profissionais liberais e estudantes, que puderam se aprofundar a respeito dos principais temas que envolvem a ação social.

No primeiro dia, os temas foram "Direito do Terceiro Setor", com Marcos Biasioli; "A Importância da Auditoria", com Ricardo Monello; "Comunicação & Marketing para Organizações Sociais", com Marcio Zeppelini; e "Elaboração de Projetos Sociais", com Ricardo Falcão. Após o almoço, o coro infantil da Filarmônica Afro Brasileira (Filafro) executou canções nacionais e internacionais acompanhados de grupos de flautas e um piano.

Já no dia 30, os temas tratados e os respectivos palestrantes foram: "Contabilidade Gerencial para o Terceiro Setor", com Marcelo Monello; "Captação de Recursos", com Custódio Pereira; "Responsabilidade e Investimento Social Privado", com Fernando Credidio; e "Voluntariado", com Felipe Mello. Nesse dia a atividade cultural ficou por conta o grupo indígena Kariri-Xocó, que apresentou suas danças tradicionais e contagiou todo o público ao convidar duas participantes ao palco.

Durante todo o evento, os participantes puderam conhecer a mostra Inclusão Social, uma exposição de quadros produzidos por artistas com deficiência no desenvolvimento físico e mental: os irmãos Marcelo e Milton Trejger e a amiga Dulce Maria Cezar de Andrade, que demonstrou sua habilidade ao pintar uma tela à óleo durante o evento.

O congresso foi comandado por Maria de Jesus Iannarelli, assistente social e coordenadora do programa A Gente na Rua, e contou com o apoio do grupo Schincariol.

i www.revistafilantropia.com.br
www.dialogosocial.com.br



Congresso reuniu 150 participantes



Apresentação do coro infantil da Filafro



Mulheres foram convidadas a subir ao palco para uma dança

Geração de emprego e renda

Nos dias 6 e 7 de novembro, o seminário Negócios Inclusivos discutiu a necessidade de se criar parcerias entre empreendedores sociais e empresas privadas em ações que fortaleçam alianças e promovam emprego, renda e a melhoria da qualidade de vida de grupos excluídos pela sociedade. O evento, patrocinado pela Petrobras e apoiado pela Fundação Avina e pela Editora Aeroplano, foi idealizado pela fundadora e coordenadora da Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha (Coopa-Roca), Maria Teresa Leal, com o objetivo de difundir esta prática que gera a inclusão social.

Marcos Arbatman premiado pela ADVB

O empresário Marcos Arbatman, presidente da Maringá Turismo e da Associação de Amigos do Menor pelo Esporte Maior (Amem), foi eleito o Líder Empresarial Nacional de Responsabilidade Social este ano pela dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB). Sua escolha partiu de uma votação realizada por conselheiros e diretores da entidade, além de personalidades da área de responsabilidade social. A cerimônia de entrega do prêmio aconteceu no dia 8 de novembro, em São Paulo.

i www.amemcrianca.org.br
www.advbfm.org.br

Teleton 2006 supera arrecadação

O Teleton 2006, maratona televisiva que visa arrecadar recursos para a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), realizado no dia 10 de novembro em parceria com o SBT, arrecadou R\$ 16,2 milhões, superando os R\$ 16.142.675 obtidos em 2005. Uma das novidades dessa 9ª edição foi o projeto TONFashion, criado em parceria com a Marisol. Trata-se de uma coleção de camisetas cuja logomarca leva a assinatura do estilista Amir Slama. A maratona televisiva foi criada há 41 anos pelo ator Jerry Lewis e acontece em mais de 20 países. Detentora dos direitos no Brasil sobre a marca Teleton, a AACD realiza o evento desde 1998.

i www.teleton.org.br



Apresentadores do SBT se revezaram na maratona televisiva

Fórum Cultural Mundial

Realizado entre 24 e 30 de novembro, no Rio de Janeiro, o Fórum Cultural Mundial (FMC) promoveu o encontro de ministros da Cultura de vários países e de representantes de redes e fundações culturais. Patrocinado pela Oi, o evento é uma plataforma global de observação, reflexão e discussão do papel e da situação das Artes e da Cultura em um mundo em transformação. O ministro Gilberto Gil foi um dos integrantes da mesa-redonda que discutiu os desafios e os rumos da TV Pública no Brasil, dentro do encontro Fórum das TVs Públicas – uma das principais atrações do evento.

www.oi.com.br



O ministro Gilberto Gil é recebido no evento

Atenção à infância

O Seminário América Latina e Caribe: A primeira infância vem primeiro, realizado entre 6 e 8 de novembro, em São Paulo, teve como objetivo discutir a realidade da primeira infância na América Latina e no Caribe e a necessidade de investimento em políticas públicas para crianças até seis anos, reconhecendo o lugar primordial da primeira infância no projeto de uma sociedade mais justa. Uma iniciativa da Fundação Abrinq, Unicef e Organização Panamericana de Saúde (Opas), o evento contribuiu com a articulação dos profissionais, gestores e organizações sociais presentes.

www.abrinq.org.br

Ayrton Senna Racing Day

Cerca de 4.000 corredores, divididos em mais de 530 equipes, estiveram dia 19 de novembro no Autódromo de Interlagos, em São Paulo, para a 3ª edição da Ayrton Senna Racing Day – Maratona de Revezamento. As equipes patrocinadas pela empresa Qualix ganharam a maioria das provas, divididas em categorias distintas. Parte da renda arrecadada nas inscrições foi revertida aos programas educacionais mantidos pelo Instituto Ayrton Senna (IAS), que já atendeu a mais de 6.500 crianças e jovens em 25 estados brasileiros.

<http://senna.globo.com>



Largada da prova masculina

Afrodesscendentes e mercado de trabalho

O 2º Seminário Diversidade Racial Corporativa e Ações Afirmativas, promovido no dia 10 de novembro pela Afrobras, a Universidade Zumbi dos Palmares e o Banco Itaú, teve como foco o desemprego entre os afrodescendentes. Participaram do painel "Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão de Minorias": Luiz Gonzaga Bertelli, presidentes do Ciee; Carlos Pessoa da Silva, presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos da Bahia (ABRH-BA); Maria de Fátima Silva, gerente de responsabilidade social da organização Gelre; e Vicente Paulo da Silva, deputado (PT-SP) e ex-presidente da CUT.

www.uerj.br



Milú Villela (ao centro) coordenou a abertura dos debates

1ª incubadora para ex-detentos da América Latina

Em evento realizado dia 29 de novembro em São Gonçalo (RJ), o Centro de Integração Social e Cultural (Cisc) lançou, com o patrocínio da Petrobras, a primeira Incubadora de Empreendimentos para Egressos (IEE) da América Latina, cujo objetivo é a capacitação em empreendedorismo para a ressocialização e reinserção no mercado de trabalho de pessoas que já cumpriram suas penas. O Cisc apresentou os 25 empreendedores aprovados no processo seletivo que reuniu 791 candidatos, 3,3% dos 24 mil internos do sistema prisional de todo o estado. Alguns já têm seu próprio negócio, mas querem profissionalizar-se ainda mais e outros ainda estão começando.



Cerimônia de lançamento do projeto

Sustentabilidade do Segundo Setor

No dia 6 de dezembro, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis) promoveu o Seminário de Sustentabilidade Corporativa, o terceiro e último da série de eventos que aconteceram durante o ano de 2006. Apesar de ser um evento destinado a empresários, pela primeira vez ele foi aberto gratuitamente a dirigentes de ONGs e interessados em introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável. Cerca de 70 pessoas compareceram ao encontro, cujo objetivo era de proporcionar um espaço de conhecimento e reflexão para que executivos de empresas e gestores sociais busquem a melhoria da sustentabilidade de suas organizações.

www.idis.org.br



DIVULGAÇÃO

Último encontro debateu a gestão empresarial

Microcrédito para o sertão brasileiro

O Instituto Brasil Solidário, entidade responsável pela ação social do Rally dos Sertões, vai levar microcrédito ao sertão brasileiro. O objetivo é financiar a comercialização e exportação de artesanato e vestuário, além de apoiar projetos de hotelaria rural e alimentação. Segundo Luis Salvatore, presidente-fundador do instituto, o projeto-experimental do microcrédito será oficialmente iniciado entre a segunda quinzena de janeiro e a primeira de fevereiro de 2007 no estado de Tocantins, quando será realizada a catalogação dos produtos e estabelecida a base de distribuição dos mesmos.



DIVULGAÇÃO/INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO

Na última etapa do Rally dos Sertões, a comunidade participou da Feira de Artes, desenvolvendo produtos para venda

Rally Mega Cidadão

A 6ª edição do Rally Mega Cidadão, uma iniciativa da Mega Sistemas Corporativo, foi realizada no dia 2 de dezembro e arrecadou 35 toneladas de alimentos, que serão doados a 43 entidades assistenciais de Itu e região. Além do valor das inscrições, que foi todo revertido em cestas básicas, o rally contou com o patrocínio de diversas empresas. O montante arrecadado faz do Mega Cidadão o maior rally solidário do Brasil. Ao todo, 456 pessoas participaram da prova, que percorreu 140 km de estradas de asfalto e terra.

www.mega.com.br

Projeto itinerante de prevenção ao câncer

De 13 outubro a 15 de novembro, uma carreta equipada do Hospital de Câncer de Barretos percorreu 21 cidades de Mato Grosso e Rondônia para realizar exames de variados tipos de câncer e até fazer cirurgias de pequeno e médio portes. A unidade móvel, com vários especialistas, rodou mais de três mil quilômetros e atendeu aproximadamente 2.800 pessoas gratuitamente. O projeto itinerante acontece desde 2003 e é organizado pela Fundação Pio XII, mantenedora do Hospital de Câncer de Barretos.

www.hcancerbarretos.com.br



DIVULGAÇÃO

A carreta retomará as atividades em janeiro pelo interior de São Paulo

Termina o Sustentável 2006

Com o tema "Gestão Empresarial para Sociedades Sustentáveis", foi realizado no dia 31 de outubro o sexto e último encontro do Ciclo de Encontros sobre Sustentabilidade e Gestão Responsável – Sustentável 2006, organizado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) e pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), em parceria com o Instituto Gesc. Frank Figge, professor de responsabilidade social corporativa na St Andrews University e pesquisador no Sustainable Development Research Centre The Enterprise Park, foi o convidado especial.

www.sustentavel.org.br



DIVULGAÇÃO

As doações foram repassadas a 43 entidades assistenciais de Itu e região

Kart adaptado nas 500 Milhas

A corrida 500 Milhas de Kart da Granja Viana, realizada nos dias 2 e 3 de dezembro, teve pela primeira vez uma equipe composta só por PPDs. A Igualdade de Todos, formada por Paulo Polido, José Pacheco e Adriano Vida, paraplégicos, e Julio Reis, deficiente auditivo, ficou em 71º lugar e já se prepara para os próximos desafios: 500 PRO da Granja Viana e Rally dos Sertões. O kart que eles utilizam é adaptado para as necessidades especiais dos corredores. A intenção do grupo é divulgar a importância das pesquisas com células-tronco adultas e estimular as pessoas com deficiências físicas a se exercitarem.



Kart é adaptado para as deficiências dos pilotos

Normalização em Responsabilidade Social

No dia 22 de novembro aconteceu em São Paulo a 3ª etapa do Ciclo de Seminários de Normalização em Responsabilidade Social, uma iniciativa da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em parceria com a Petrobras. O objetivo é divulgar os trabalhos de normalização desenvolvidos nos níveis nacional e internacional e incentivar a participação da sociedade nas atividades do Comitê Técnico da ABNT de Responsabilidade Social. A primeira fase do encontro focou-se nas atividades da comissão que se dedica ao desenvolvimento da família de normas ABNT NBR 16000 e do grupo de trabalho da ISO (ISO WG SR). Na segunda, especialistas debateram pontos-chave da futura norma ISO 26000 de responsabilidade social.

www.abnt.org.br

Inclusão digital na Unipalmars

No Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares inaugurou o Centro de Inclusão Digital no campus da instituição, que fica em São Paulo. Serão oferecidos 180 cursos à distância, atendendo gratuitamente a cerca de mil pessoas. A Fundação Bradesco, parceira do projeto, disponibilizou 35 computadores, ligados à rede e satélite, que permitirão aos interessados fazerem cursos presenciais ou à distância. Alguns computadores terão teclado em braille para contemplar deficientes visuais, que também fazem alfabetização na Unipalmars.

www.unipalmars.org.br



Projeto visa atender a mil pessoas

Desigualdade na América Latina

Com o objetivo de discutir o cenário atual da desigualdade na América Latina, aconteceu entre 25 e 27 de outubro, no Rio de Janeiro, o 1º Seminário Internacional – Direitos humanos, violência e pobreza: A situação de crianças e adolescentes na América Latina, organizado pelo Programa de Estudos de América Latina e Caribe (Proelc) da Uerj. O seminário permitiu o intercâmbio entre pesquisadores da América Latina na busca de alternativas à condição social dos povos latinos.

www.uerj.br/proelc

Laramara comemora 15 anos de atuação

Maior associação de assistência aos deficientes visuais do Brasil e da América Latina, a Laramara comemorou no dia 31 de outubro, no Hotel Unique, em São Paulo, o Jantar Beneficente Laramara 15 Anos. Toda a renda do evento, que foi conduzido por Luciano Szafir, será destinada ao projeto Brincar Para Todos, cujo objetivo é distribuir centenas de exemplares do livro de mesmo nome, escrito por Mara Sialy, para creches e escolas de todo o Brasil. A festa foi encerrada por uma apresentação musical de Nando Reis.

www.laramara.org.br

Empregabilidade para pessoas com deficiência

O Instituto Paradigma e o Comitê de Responsabilidade Social (Cores) da Fiesp realizaram no dia 13 de novembro, em São Paulo, a 4ª plenária do Fórum Permanente de Empresas para a Inclusão Econômica das Pessoas com Deficiência, que, desta vez, teve como tema “Empregabilidade para Pessoas com Deficiência com Estratégia de Sustentabilidade das Empresas”. O intuito do fórum é abordar as iniciativas em prol da Lei de Cotas (lei federal nº 8.213/91), que obriga empresas com cem ou mais funcionários a contratarem pessoas com deficiência.

www.institutoparadigma.org.br

Ecos do Planeta

Entre 17 e 23 de novembro, São Paulo recebeu pela primeira vez o Ecos do Planeta, um grande evento nas áreas de arte, educação e meio ambiente. O projeto englobou o 5º Ecocine – Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, a mostra de filmes infantis Crianeco e o Ciclo de Debates sobre Sustentabilidade. A idealização é da Pró Cultura Marketing e Eventos em parceria com a TAO Produções e o Instituto Brasilcom, com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura e das Secretarias do Estado e Municipais do Meio Ambiente.

www.ecosdoplaneta.com.br

Apae de São Paulo recebe prêmio da OAB-SP

No dia 15 de dezembro, a Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP realizou a cerimônia de entrega da 23ª edição do Prêmio Franz de Castro. A Apae São Paulo foi a homenageada deste ano, sendo representada no evento por seu presidente, Fabio Bechara. É a primeira vez que uma entidade e não uma pessoa recebe a premiação, que visa destacar aqueles que lutam em favor da democracia e da justiça social.

www.oabsp.org.br
www.apaesp.org.br

Planalto

Notícias do Planalto

Plano Nacional para proteger crianças e adolescentes

Os conselhos nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e de Assistência Social (CNAS) aprovaram, no dia 13 de dezembro, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, que engloba 138 ações. Dividido em 35 objetivos e quatro eixos (análise da situação e sistemas de informação; atendimento; marcos normativos e regulatórios; mobilização, articulação e participação), o plano tem o objetivo de garantir efetivamente o direito de crianças e adolescentes ao convívio com a família e a comunidade. Para a secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, um dos desafios agora é "criar condições, estruturas e estratégias para fazer valer o que está no plano nos estados e municípios". O evento foi encerrado com uma palestra do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, que falou um pouco mais sobre os projetos do MDS.

www.mds.gov.br



À mesa (da esq. para a dir.), a conselheira Vânia Lúcia; a vice-presidente do Conanda, Carmen Silveira; o presidente do CNAS, Sílvio Iung; o presidente do Conanda, Fernando Silva; e a secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social, Márcia Lopes

Aprovada Lei de Incentivo ao Esporte

Pressionados por atletas, dirigentes desportivos e artistas, o Senado aprovou no dia 13 de dezembro - com duas modificações - o projeto de Lei de Incentivo ao Esporte, que prevê a renúncia fiscal de parte do Imposto de Renda devido para investimento em projetos esportivos. Pessoas físicas poderão doar ou usar como patrocínio até 6% do IR, enquanto as pessoas jurídicas (empresas, clubes sociais, entidades de classe, entre outros), limitam-se a até 4%. Em função das alterações feitas pelos deputados, o projeto retornou à Câmara. Até o fechamento desta edição a expectativa era que a votação do projeto fosse realizada antes Natal.

www.esporte.gov.br



A atriz Fernanda Montenegro e o senador Cristovam Buarque (PT-DF) na votação do projeto que cria incentivo fiscal para o esporte, na Comissão de Educação do Senado

PL fortalece direitos humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados aprovou no dia 8 de novembro o substitutivo ao Projeto de Lei 4667/04, do deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), que tornam imediatos os efeitos jurídicos das decisões dos Organismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos cuja competência seja reconhecida pelo Brasil. O PL, após passar por algumas comissões, estava apenas aguardando parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), com a relatoria do deputado Nilson Mourão (PT-AC).

www.camara.gov.br

Gife: legislação deve ser revista

O Grupo de Institutos, Fundações e Empresa (Gife) contestou a aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte, destacando ao menos cinco pontos que trazem muitas incertezas quanto ao sucesso do projeto, pois ameaçaria investimentos em cultura e em fundos da infância e adolescência. Após avaliação, foram constatadas a falta de uma avaliação do impacto sobre os incentivos existentes, a ausência de contrapartida do doador ou patrocinador e de tratamento diferenciado a doações e patrocínios e o não-alcance do incentivo a projetos desportivos de "instituições vinculadas". O Gife defende também a inclusão do "desporto de rendimento" entre as modalidades beneficiadas. Segundo o secretário-geral da entidade, Fernando Rossetti, ainda que favoreça a captação de recursos para os Jogos Pan-americanos de 2007, a legislação precisa ser revista.

www.gife.org.br
www.esporte.gov.br

Coleta seletiva em órgãos públicos

O governo federal baixou o decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos doadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Publicado no DOU do dia 26, o Decreto habilitada - de acordo com regras estabelecidas no texto - associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis a coletar os resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

www.planalto.gov.br

TCU: ONGs ineptas receberam verbas da União

Relatório de auditoria aprovado do Tribunal de Contas da União (TCU) mostra que organizações não-governamentais sem condições ou sem capacidade para executar convênios com a União receberam mais da metade - 54,5% - das verbas federais destinadas a atividades para as quais faltam braços ao Estado. A estimativa foi feita com base em amostra que para o órgão representa o padrão de comportamento dessas entidades. Os convênios analisados receberam R\$ 150,7 milhões dos cofres públicos entre 1999 e 2005.

www.tcu.gov.br

Presidente do Consea destaca Bolsa Família

“O Bolsa Família parece ter vindo para ficar. E é justamente nesse ponto de sua maior fortaleza que, também, reside o seu maior desafio. Até quando milhões de famílias beneficiadas dependerão da transferência mensal para terem acesso a direitos essenciais? Acesso à alimentação, a remédios, a uniforme, ao material escolar das crianças e outros?” É assim que o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Chico Menezes, começa o artigo Portas de saída do Bolsa Família. Segundo o texto, o programa concluiu a primeira etapa ao cumprir a meta de transferir renda para as 11 milhões de famílias que estão abaixo da linha de pobreza. “É certo que há, ainda, o que se aprimorar na focalização do programa, garantindo que chegue de fato aos mais pobres. Relatório recente do Tribunal de Contas da União (TCU) reconheceu que se avançou nesse aspecto a partir dos filtros que depuram a inclusão inadequada de eventuais beneficiários”, argumenta. Menezes também ressalta que as portas de entrada do Programa vão se aperfeiçoando, embora possam ainda melhorar por meio do controle social e da incorporação de novos critérios para a identificação da pobreza que não se limitem apenas à renda.

www.presidencia.gov.br/consea



DOMINGOS TADEU/PR

Chico Menezes, presidente do Consea

Lançado programa de direitos humanos

O Governo Federal lançou, no dia 25 de outubro, na sede dos Sindicatos dos Bancários de São Paulo, o programa de Direitos Humanos do Governo Lula, que destaca as ações e programas da atual gestão, e apresenta as diretrizes para um segundo mandato, como o fortalecimento das ações de proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente, com um enfoque no combate ao abuso e à exploração sexual de menores. Participaram da mesa o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, o deputado federal Luís Eduardo Greenhalgh, o deputado estadual Italo Cardoso e os vereadores Beto Custódio e Soninha Francini.

www.planalto.gov.br/sedh

Entidades ganham assento no Conanda

O ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, empossou, no dia 13 de dezembro, os 28 conselheiros – 14 titulares e 14 suplentes – que representam as entidades da sociedade civil com assento no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) na gestão 2007-2008. As entidades titulares empossadas foram: Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços, Conselho Federal da OAB, Fundação Fé e Alegria do Brasil, Conselho Federal de Psicologia, Inspeção São João Bosco – Salesianos, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Pastoral do Menor, União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE (Maristas), Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Sociedade Brasileira de Pediatria, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Pastoral da Criança – CNBB, Fundação Abrinq e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

www.planalto.gov.br/sedh



ELZA FIUZA/ABR

O ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, fala sobre a mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul

MDS e Contag discutem trabalho infantil no campo

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) promoveram, nos dias 14 e 15 de dezembro, em Brasília, o Seminário Nacional sobre Políticas de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente no Campo. Durante o evento foi abordado o combate ao trabalho infantil na área rural e traçada uma agenda comum entre governo federal e movimentos sociais para enfrentar o problema. A secretária nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social, Ana Lúcia Gomes, participou do encontro, apresentando o painel Comportamento do Trabalho Infantil no Brasil, Argumentos, Leitura e Visão.

www.mds.gov.br



GERVÁSIO BAPTISTA/ABR

Mesa de abertura do Seminário Nacional sobre Políticas de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente do Campo

Unesco: obra mostra experiências com políticas sociais

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) lançou, no dia 26 de outubro, a primeira edição de uma série que mostrará as experiências governamentais brasileiras em políticas públicas sociais. A publicação que inaugura essa coletânea abordará o trabalho de avaliação e o monitoramento dos programas realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A apresentação do trabalho foi feita durante o 30º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em Caxambu (MG). O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, destaca, na publicação, que a avaliação e o monitoramento dos programas desenvolvidos pelo Ministério se enquadram no esforço do governo para modernizar a gestão de políticas públicas.

www.mds.gov.br

A fundadora e superintendente do IBDD defende que a luta pelos direitos dos portadores de deficiência não depende de milhões de dólares ou de programas sociais muito complexos

Rigéria Salado

Teresa Costa D'Amaral sempre se interessou pela área social. Recebeu bons exemplos dos pais e aprendeu com a família o valor do respeito ao próximo e da solidariedade. Assim, desde cedo sabia que queria trabalhar em prol da comunidade, contribuindo para o crescimento da sociedade brasileira. E, mais tarde, teve este ideal confirmado sendo mais do que uma escolha e, sim, um comprometimento pessoal.

Suas vivências anteriores trouxeram-lhe a convicção e a experiência necessárias para o desenvolvimento de um projeto de sucesso no Terceiro Setor. Ela foi criadora e primeira coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), órgão federal ligado à presidência da República, e também autora e responsável pela tramitação e promulgação da lei federal nº 7.853/89, que trata das obrigações da administração federal para com as pessoas portadoras de deficiência, determina a defesa de seus direitos coletivos e difusos pelo Ministério Público e criminaliza o preconceito.

Em 1998, ela fundou o Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD), no Rio de Janeiro. A idéia era criar uma ONG que pudesse atender os portadores de deficiência física em suas necessidades de forma profissional e não assistencial, como até então eram conhecidas as entidades que prestavam atendimento a este público no Brasil.

Pensando dessa maneira, o IBDD foi criado para prestar serviços a partir de três núcleos de atuação: trabalho, defesa de direitos e esportes. Além dos cursos técnicos, os interessados são preparados para o convívio social e integram o mercado de trabalho. Empresas também são beneficiadas por uma consultoria especializada na inserção de portadores

de deficiências nas atividades trabalhistas, identificando o perfil do candidato certo para o perfil da vaga oferecida. O núcleo de esportes incentiva a prática desportiva e a participação em competições como, por exemplo, as para olimpíadas. E o núcleo de defesa de direitos é especializado na legislação e na defesa de direitos da pessoa com deficiência, atuando através de ações individuais e coletivas.

Por sua dedicação e notoriedade junto à causa, Teresa Costa recebeu o prêmio Mulheres mais influentes do Brasil 2006 no mês de novembro. Esta foi a terceira edição do concurso que destaca as formadoras de opinião do ano em 15 categorias. Desta vez, das 46 homenageadas pela revista Forbes, ela ganhou na categoria Terceiro Setor.

Nesta entrevista à **Revista Filantropia**, Teresa Costa fala sobre inclusão social da pessoa com deficiência no Brasil e dos projetos desenvolvidos pelo IBDD.



Revista Filantropia: Fale resumidamente sobre sua carreira.

Teresa Costa: Minha formação e vida profissional tiveram a marca de um grande senso de responsabilidade e de vontade de participar da construção de um Brasil mais justo. Desde as primeiras escolhas, nelas sempre pesou uma realização pessoal que passava por contribuir de alguma forma para uma mudança social.

Considero como maior prêmio na minha carreira poder ter contribuído decisivamente com a edição da lei nº 7.853. Essa é uma marca permanente, um prêmio excepcional para quem tem, como eu, uma alma que pensa sempre em justiça, em empreender e inovar.

Pude assim, através de uma legislação transformadora, liderar silenciosamente, mas de forma decisiva, uma nova postura do governo e da sociedade brasileiras em relação às pessoas com deficiência.

Filantropia: Quando começou a sua relação com o setor social? Qual a razão de seu envolvimento especificamente com as questões das pessoas com deficiência?

TC: Sou de uma geração marcada pelo compromisso político com o Brasil. Meus pais tiveram sempre a presença da responsabilidade social na nossa vida. Esse engajamento, definido pelo social, foi aos poucos se viabilizando por uma descoberta de duas mãos. Primeiro, a necessidade de descobrir uma profissão que me realizasse e me desse a alegria da responsabilidade cumprida. Segundo, que essa escolha tivesse a força de um compromisso pessoal.

O fato de ter crescido com uma irmã com paralisia cerebral severa e de mais tarde ter tido um sobrinho com Trisomia 21 (Síndrome de Down) confirmaram definitivamente minha escolha.

Tenho consciência de que usar minha capacidade profissional e pessoal para mudar uma questão social até bem pouco tempo “inexistente” para a sociedade brasileira, e cuja invisibilidade, dura de ser combatida, ainda permanecerá por longos tempos através das marcas do preconceito e do desconhecimento. Penso que é minha melhor contribuição para mudar a vida de parte das cerca de 18 milhões de pessoas com deficiência brasileiras.

Filantropia: O que motivou a fundação do IBDD?

TC: Em primeiro lugar, a constatação de que pessoalmente eu desejava um trabalho mais permanente, no qual meus

projetos e minhas construções não se apagassem no tempo de um governo ou de um emprego. Em segundo lugar, era preciso tentar fazer alguma proposta diferente de trabalho com o deficiente no Brasil. Era preciso mostrar que a mudança é possível e que construir a cidadania do deficiente nem custa milhões de dólares nem necessita de programas sociais complexos. O que é imprescindível é a mudança do olhar. É a transformação do nosso olhar e a criação de um sentimento, de um movimento, de igualdade e solidariedade.

Filantropia: Quais são os diferenciais do instituto, principalmente em relação às entidades assistenciais de atendimento à pessoa deficiente?

TC: O IBDD é um trabalho de cidadania. E o nosso diferencial é que entendemos essa construção como um trabalho conjunto no qual o deficiente é o condutor.

Para podermos realizar bem essa missão produzimos um novo diferencial, somos uma instituição filantrópica que vive de recursos próprios, arrecadados com prestação de serviços e essa característica nos dá um terceiro diferencial, somos independentes.

Mais diferenças? No IBDD, todo serviço prestado à pessoa com deficiência é gratuito. E cada atendimento é realizado com a maior eficiência possível. No IBDD ninguém espera para ser atendido e a primeira entrevista é feita sem hora marcada.

Todas essas marcas fazem o perfil do IBDD: uma associação que trabalha pelos direitos dos deficientes sem concessões.

Filantropia: Fale sobre os principais projetos desenvolvidos pelo instituto e seus resultados.

TC: Temos atuação em três áreas: direitos, trabalho e esporte. Esses projetos formam o propósito de atuar diretamente na produção de cidadania através de: preparação

para o trabalho e emprego, reivindicação e consolidação de direitos individuais e coletivos através de ações e de participação política, quebra da invisibilidade da questão através do potencial de transformação individual e da beleza da prática esportiva. Já atendemos 20.361 pessoas, aproximadamente três empresas são atendidas por dia e empregamos 1.096 pessoas com deficiência. Profissionalizamos 2.147. Impetramos quase 300 ações individuais e uma ação coletiva, esta pela acessibilidade nos transportes coletivos no Rio.

O centro do resultado desses projetos é a mudança de postura das pessoas atendidas. Recebi uma vez o depoimento de uma aluna do curso de Orientação Profissional dizendo que “o IBDD fez uma revolução em minha vida”. Era isso que queríamos. É por isso que lutamos.

Filantropia: Quais as características do trabalho com pessoas portadoras de deficiência? E qual o perfil do público atendido pelo instituto?

TC: A maior característica do nosso trabalho é desenvolver na pessoa com deficiência que nos procura um novo olhar sobre si mesma, seus problemas, sua vida. E isso pode ser construído através dos nossos diversos programas, de diferentes formas, mas sempre direcionado pela necessidade de cidadania e autonomia da pessoa atendida.

O perfil das pessoas que nos procuram é heterogêneo, mas por causa de nossos programas, o público jovem e adulto é nossa principal clientela. (Veja quadro abaixo)

Filantropia: Quais as competências procuradas pelas empresas em um processo de seleção de profissionais com deficiência?

TC: As empresas, em princípio, procuram profissionais competentes, ponto. E deve ser assim para o processo ter um bom

Perfil do público atendido pelo IBDD

Faixa etária	26 a 45 anos: 54%
Etnia	Branca: 45%
Gênero	Masculino: 68%
Escolaridade	Ensino médio completo: 37%
Renda familiar	2 salários mínimos: 31%
Causa da procura	Emprego: 52%
Como conhecem o IBDD	Amigos: 39%
Já se sentiram discriminados	Sim: 62%
Atendimentos do IBDD	Apoio à pessoa: 45%

Fonte: IBDD / 2005



Teresa Costa em visita a atividades...

resultado. Mas é importante, e o IBDD tem tido sucesso nessa área através dos cursos de orientação profissional, procurar profissionais com deficiência que além de responder ao perfil profissional demandado tenham boa postura atitudinal, equilíbrio nas relações interpessoais e compromisso com seu trabalho.

Filantropia: *O mercado de trabalho é democrático, ou há preferência ou preterição por pessoas com um determinado tipo de deficiência?*

TC: O mercado de trabalho é, em princípio concorrência. Além disso, as características de cada empresa se refletem no processo de empregar pessoas com deficiência. Significa que a maioria das empresas, por limitações arquitetônicas ou por medo do desconhecido, prefere selecionar pessoas com deficiências leves, de preferência físicas. Pessoas com deficiências mais marcantes como cegos e usuários de cadeiras de rodas encontram uma dificuldade muito maior na busca por emprego.

Filantropia: *Como autora da lei federal nº 7.853/89, a senhora classificaria como satisfatória a legislação brasileira que trata dos direitos da pessoa com deficiência?*

TC: Considero que temos boas legislações nos três níveis: federal, estadual e municipal. Duas das mais importantes ONGs internacionais que trabalham com o tema, a Disabled People International (DPI) e a Rehabilitation International (RI) avaliaram o Brasil como um dos países latino-americanos mais avançados em termos de legislação sobre o tema.

Mas, e a realidade? Entendo que temos dois problemas importantes a serem transpostos: primeiro nossa mania de esperar uma regulamentação para tudo, o que é uma forma de protelar a efetividade da lei. E depois aquela prática brasileira inconcebível em uma verdadeira democracia de que nem toda lei é para ser cumprida.

Se a lei 7.853 fosse cumprida, o Brasil seria exemplar para com seus deficientes.

Filantropia: *Qual a sua visão a respeito do atendimento prestado pelo Estado às pessoas com deficiência?*

TC: Desacredito profundamente na ação do Estado. Exemplifico com o direito de ir e vir, sagrado em uma democracia e desrespeitado cotidianamente pelos governantes brasileiros em relação à acessibilidade nos meios de transporte coletivos e nas vias públicas para as pessoas que usam cadeiras de rodas.

Em geral, o Estado Brasileiro e seus representantes ainda não entenderam que o deficiente é um cidadão brasileiro como qualquer outro. E um cidadão com todos os direitos e deveres. O Estado ainda entende seu atendimento como ato de favor. Políticos o usam em gestos de oportunismo eleitoral. Sou extremamente cética quanto a um engajamento maior e mais permanente do Estado.

Filantropia: *A senhora considera adequada a exposição que a mídia em geral dá à questão do deficiente?*

TC: Entendo que a mídia em geral contribui significativamente para a invisibilidade da questão quando não enfoca mais frequentemente nossos temas. Mas nesse círculo vicioso de estar na mídia porque é notícia e não estar na mídia e não ser notícia, quem sai perdendo é o deficiente e a democracia.

Cabe a nós, ONGs atuantes na área, trabalhar para romper essa invisibilidade que faz com que a questão só interesse aos

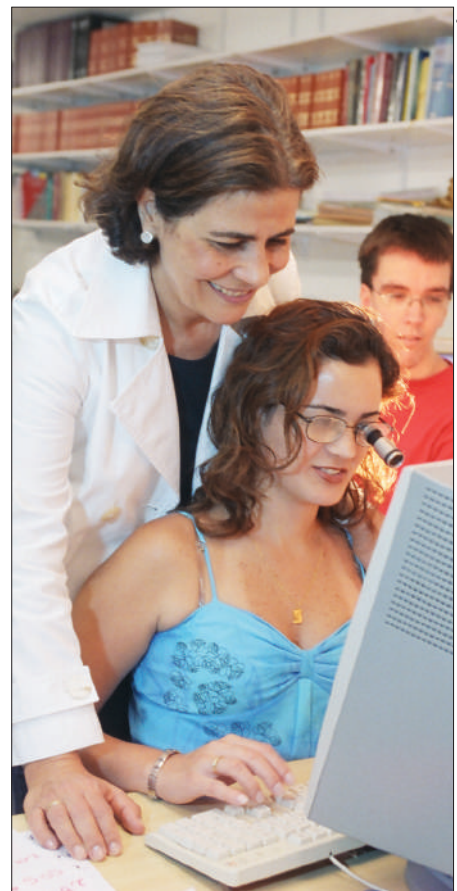
próprios deficientes e suas famílias. Produzir e divulgar conhecimento na nossa área é raríssimo. E a existência e sobrevivência de mídias como a **Revista Filantropia**, especializadas em temas do Terceiro Setor ou no tema deficiência, não refutam mas, sim, comprovam essa afirmação.

Tão ou mais significativo é o fato de os grandes meios de comunicação de massa apenas tangenciarem esporadicamente o assunto. Abordagens viciadas pelo assistencialismo e caridade tiram o foco imprescindível da cidadania da pessoa com deficiência.

Filantropia: *Como a senhora encara a proliferação de entidades sociais focadas no atendimento à pessoa deficiente?*

TC: Vejo nela uma resposta a uma demanda reprimida e não respondida pelos governos. Em alguns casos, serviços prestados pelos governos foram sucateados.

As ONGs devem fazer esse atendimento, sim. Não em lugar do Estado, mas ocupando o espaço vazio de omissão e desleixo deixado pela grande maioria dos governos. Sempre percebendo que o Terceiro Setor não é, não pode ser e nem quer ser Estado.



... de capacitação profissional de deficientes



Era preciso mostrar que a mudança é possível e que construir a cidadania do deficiente nem custa milhões de dólares nem necessita de programas sociais complexos

Filantropia: *Quais são os motivos de sua luta atualmente?*

TC: Preparo, com muita alegria, a criação de uma Rede Social IBDD. Formato, atuação, relacionamentos inovadores estão em pauta para esse desenho. O IBDD tem brasileiro no nome e esse é o próximo desafio: encontrar formas de espalhar nossa proposta de maneira engajada e com resultados concretos para a cidadania do deficiente.


Filantropia: *A senhora está envolvida em outros projetos sociais?*

TC: Não estou. Sou obsessiva com o tema das pessoas com deficiência. Penso e trabalho nele 48 horas por dia. Não me sobra tempo para outros projetos, o que não significa que

o IBDD não procure sempre uma integração com outros projetos sociais e mantenha uma postura multidisciplinar na abordagem de seus projetos e atuações.

Filantropia: *Na sua opinião, qual é o segredo do setor social e qual a sua importância numa sociedade democrática?*

TC: Acredito que o segredo do setor social é estar perto do homem, do cidadão, sabendo que é em cada comunidade que nossa vida é vivida. A grande força do Terceiro Setor é acreditar no homem, apostar na sua autonomia e investir na construção conjunta de sua cidadania. Uma democracia só existe quando cada um de nós é capaz de ter as rédeas de sua vida e ser cidadão. O Brasil, infelizmente, ainda não soube acreditar

nem na capacidade de todos os seus cidadãos, nem na força do Terceiro Setor para a construção de sua democracia. 

i **Revista Forbes**
www.forbesbrasil.com.br

Disabled People International
www.dpi.org

Rehabilitation International
www.rehab-international.org

IBDD
Rua Artur Bernardes, 26, loja A
Catete – Rio de Janeiro/RJ
www.ibdd.org.br
ibdd@ibdd.org.br
(21) 3235-9290



Cursos in company

- **Práticas Contábeis para o Terceiro Setor (Módulos Básico e Avançado)**
- **Reorganização Patrimonial e Societária das Entidades Sociais e Religiosas**
- **Planejamento Legal Tributário - Como conquistar e manter Imunidade/Isenção Tributária (Módulos Básico e Avançado)**
- **Técnicas de Recuperação Tributária**
- **Prestação de Contas das Entidades Sociais aos Órgãos Públicos (INSS, MJ, TCM, CNAS)**

Informações:

Tel (11) 3161 5286 | comercial@economica.com.br

www.economica.com.br

**Agora a
ECONÔMICA
vai até você**

Campanhas de comunicação

De acordo com o objetivo, é necessário identificar a melhor campanha a ser desenvolvida para atingir o público-alvo

Marcio Zeppelini
marcio@zeppelini.com.br



Definir o tipo da campanha, diferenciá-la e saber quais os outros tipos existentes facilita a elaboração de um planejamento de comunicação, em que é preciso elencar as mídias que poderão ser utilizadas para cada necessidade de comunicação. Nos artigos que escrevo sobre comunicação para o Terceiro Setor, sempre sou enfático na seguinte questão:

O QUE desejamos comunicar
+
QUEM desejamos que receba nossa mensagem
=
COMO devemos comunicar

Nas diversas formas de comunicação com os grupos de influência, comumente chamado de *stakeholders*, pode-se elaborar diversas ações coordenadas, conjuntas ou não, desde que alinhadas por um planejamento estratégico de comunicação que se tenha um **porquê** daquela ação de marketing ou de comunicação.



Dois grandes grupos diferenciam as campanhas:

- **Processos de comunicação prospectivos:** dos quais se espera algum resultado ou retorno. Geralmente visam captar colaboradores, valores ou algum tipo de apoio, seja material ou não.
- **Processos de comunicação assertivos:** são as campanhas de afirmação, ou seja, processos de comunicação que visam argumentar ou marcar presença de alguma forma.



Nesta edição, serão abordadas as campanhas de comunicação prospectivas, ou seja, aquelas que visam algum tipo de retorno palpável.

Campanha para captação de recursos



ADRIANO ABOUNA

Como o próprio nome sugere, este mecanismo tem o objetivo principal de angariar fundos em dinheiro; materiais básicos e de expedientes necessários; peças para a realização de alguma atividade ou obra; matéria-prima para confecção de produtos; alimentos; roupas; enfim, toda e qualquer doação necessária à instituição.

Neste caso, inclui-se como captação de recursos a venda de convites ou produtos em que o viés desse valor intrinsecamente esteja voltado à captação de recursos (diferentemente de campanhas promocionais, abordadas adiante). Para atingir o objetivo é necessário criatividade, e as possibilidades são inúmeras.

Campanha de envolvimento humano



ADRIANO ABOUNA

Visa buscar e/ou motivar a força individual ou coletiva a fim de captar ou manter voluntários para a organização. Campanhas motivacionais raramente são

Marcio Zeppelini. Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial pela Universidade Anhembi Morumbi e diretores-executivo da Zeppelini Editorial & Comunicação.

Na captação de recursos, vale o peso da caridade; na campanha promocional, vale o peso do produto ou serviço em si

realizadas nas instituições, mas devem fazer parte de um planejamento que englobe a coordenação de comunicação e a coordenação de voluntários.

Eventos, entrega de prêmios e diplomas são boas práticas para se captar e motivar colaboradores. O simples contato direto com a instituição cria mais vontade de o indivíduo participar do que a aparição em uma mídia impressa ou eletrônica.

Campanhas de envolvimento humano segmentadas também são utilizadas, nestes casos na busca por voluntários específicos como dentistas, médicos, professores e demais profissionais tecnicamente capacitados.

Campanha promocional



Entende-se por mecanismos de comunicação promocionais aqueles em que o objetivo é vender ou promover algo com valor mercantil. É a campanha de venda de um produto ou serviço que tenha valores e benefícios de mercado e que possui concorrentes no Segundo Setor.

Entenda a diferença entre campanha promocional e de captação de recursos: uma universidade, por exemplo, pode fazer uma campanha do agasalho, para arrecadar roupas e cobertores (campanha de captação de recursos), e uma campanha de vestibular, para atrair potenciais alunos a realizarem o teste para ingresso na universidade (campanha promocional). Já uma entidade de

organização de eventos pode tanto vender ingressos para um chá beneficente, e toda a renda ser revertida para a instituição X (campanha de captação de recursos), como contratar uma dupla sertaneja de renome, vender ingressos para o show, pagar todos os *royalties* que ela tem direito e estipular que uma porcentagem vá para a Instituição Y (campanha promocional).

É fundamental perceber que no segundo evento os valores de ingresso estão intimamente ligados à relação custo *versus* benefício do show e da dupla sertaneja em si, e não exatamente à doação que será feita à instituição Y. Já no chá beneficente, como o próprio nome diz, o participante comprará o convite a fim de beneficiar a instituição X e é possível que ele nem compareça ao evento.

Portanto, o apelo emocional, a carga que deve ser dada na comunicação, muda de um para outro. Na captação de recursos, vale o peso da caridade; na campanha promocional, vale o peso do produto ou serviço em si.

Campanha de filiação



Os mecanismos que englobam uma campanha de filiação se assemelham aos da captação de recursos ou promocional, dependendo do que se oferecer como contrapartida. Visa especificamente a fidelização de colaboradores e/ou clientes, a agregação de associados (pessoas físicas ou jurídicas) à instituição,


fazendo com que possam contribuir periódica e constantemente com o projeto.

O diferencial deste tipo de campanha é que a instituição assumirá um compromisso muito maior com o colaborador do que com aquele doador voluntário. E, exatamente por isso, é necessário deixar bem claro qual a contrapartida oferecida, pois isso irá interferir na motivação do público-alvo em aderir à filiação e, mais que isso, permanecer por longos anos nela.

Uma campanha do tipo “Adote uma criança”, por exemplo, deverá esclarecer o que exatamente aquele doador custeará: se é parte ou todo o sustento da criança, se inclui educação ou não, material escolar, vestuário ou brinquedos. Caso contrário, será difícil fazer com que o mesmo contribuinte que adotou aquela criança faça outro tipo de doação.

É necessário ainda redobrar a atenção com a prestação de contas, em especial se essa “adoção” for personalizada. Se, por exemplo, eu adotei o Pedrinho (uma criança específica), eu vou querer ter notícias constantes do Pedrinho. Posso até querer saber de toda a instituição, mas sempre na carona de uma pergunta específica sobre aquela criança.

Outra maneira de se fazer campanhas de filiação é distribuir placas ou troféus de homenagens (Empresa Amiga da Instituição X), selos indicativos (esta empresa contribui com o Lar Y) ou formas de merchandising com sua marca, colocando um anúncio em seu informativo impresso ou um banner do colaborador em seu site.

Em alguns casos, é possível enredar um pacote de benefícios para quem apóia constantemente o projeto, com participações gratuitas em eventos, envio de revistas, quantidade específica de brindes etc. 

Governança no Terceiro Setor

Sistema de mecanismos fundamentados em princípios e regras de valorização de boas práticas garante transparência às entidades sociais

Lais Vanessa C. de Figueirêdo Lopes
lais@figueiredolopes.com.br



Daniela Pais Costa
daniela.pais@gmail.com



As organizações da sociedade civil crescem progressivamente no Brasil e no mundo. Os seus escopos de atuação também foram ampliados, coexistindo hoje organizações que prestam os tradicionais serviços de assistência direta e as que se dedicam a ações de *advocacy* [compreendida como defesa de direitos e visibilidade social], gerando benefícios indiretos à sociedade.

Com o advento das ONGs como atores políticos que intervêm na formulação e no controle social das políticas públicas, adveio também a responsabilidade da transparência na gestão e nas ações desenvolvidas. Exige-se postura ética dos administradores na condução de empreendimento social. Governança deixa de ser, pois, um tema da área empresarial e passa a ser aplicado e discutido por organizações do Terceiro Setor.

Como forma de sustentabilidade, para defenderem suas causas, as organizações buscam recursos públicos, doações privadas, geração própria de receita por meio de prestação de serviços e comercialização de mercadorias, além de recursos de aplicações financeiras. Escândalos envolvendo ONGs têm sido cada vez mais comuns, o que põe em pauta o debate sobre a delicada questão da credibilidade das organizações e a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de fiscalização e prestação de contas, para acompanhamento e avaliação do uso dos recursos captados.

Por outro lado, muitos questionamentos sobre as ações das ONGs decorrem, por vezes, de razões diversas. É que ao tratarem de temas como, por exemplo, o desenvolvimento sustentável e inclusivo, as organizações colocam em xeque as causas das desigualdades sociais, o poder de grandes corporações e a apropriação do Estado por interesses privados (corrupção). Tornam-se, assim, alvo de especulações por parte de grupos específicos como forma de desestabilizar suas ações políticas.

É certo que a visibilidade atual de casos de desvio de recursos, ainda que isolados

acabam afetando a opinião pública em geral que passa a ser mais cética em relação ao verdadeiro papel pleiteado pela sociedade civil organizada, que é o de facilitar processos de desenvolvimento, auxiliando a elaboração, a implementação, a execução, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

Conceitos

Governança é um sistema de mecanismos fundamentados em princípios e regras de valorização de boas práticas, pelo qual se conduz e monitora a gestão nas organizações, sejam públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, criando um ambiente político, econômico e social que inspire segurança e estimule a captação de recursos consciente e perene. O termo tem sua origem no latim, nos verbos, “guiar, dirigir” e pode também significar governar.

Sob essa ótica, a governança deve observar, além da legislação vigente: quais as regras de funcionamento da entidade, definidas nos estatutos e regimento internos; como se dá a distribuição e o exercício do poder mediante as responsabilidades estabelecidas entre os órgãos da administração e os deveres de gestão dos administradores; qual a regulação das relações entre *stakeholders* que protege os direitos dos públicos de interesse e visa o diálogo da organização com cada um; quais os princípios, regras e procedimentos para tomadas de decisões nos processos de gestão; e como será feito o monitoramento e a avaliação da performance¹.

As vantagens na adoção de práticas de governança nas ONGs são diversas e interligadas, dentre as quais destacamos maior alinhamento entre associados, conselheiros, administradores e doadores na definição de estratégias comuns, ampliando a legitimidade das ações; eficiência nos processos de gestão e no alcance de seus objetivos; transparência na gestão dos recursos e nos resultados obtidos; credibilidade perante seus beneficiários, colaboradores e a opinião pública; além de

possibilitar a ampliação da captação de recursos visando a perenidade de suas ações.

Legislação

Identifica-se na legislação brasileira alguns princípios e regras que orientam a gestão de organizações sem fins lucrativos². No Código Civil, há disposições específicas de que as associações devem ter expressas em estatuto as regras que tratam dos requisitos para admissão, demissão e exclusão dos associados; seus direitos e deveres; o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução da entidade; e a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

Na lei federal nº. 9.790/99, que instituiu as organizações da sociedade civil de interesse público (Lei de Oscips), há previsão de que as entidades devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, análogos aos da administração pública³. Além disso, determina que as organizações devem adotar práticas administrativas de conflitos de interesse que coíbam a obtenção de vantagens ou benefícios⁴ em decorrência de participação no processo decisório.

Essa lei traz ainda a exigência como requisito essencial para a outorga da qualificação que a entidade candidata tenha um conselho fiscal dotado de competência para opinar sobre relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.

Além disso, a Lei das Oscips instituiu instrumento jurídico específico a ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Oscips: o Termo de Parceria, em cujo regramento há necessidade de consulta prévia ao conselho de política pública da área de atuação do objeto do Termo, realização de auditoria externa independente quando

os recursos públicos repassados para a entidade somarem, em um mesmo exercício fiscal, R\$ 600.000, criação de comissão de avaliação para análise dos resultados alcançados, entre outras.

O decreto nº 2.536/98, alterado pelo 3.504/00, que regulamenta a concessão dos Certificados de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Ceas) também determina como obrigatória a auditoria das demonstrações contábeis e financeiras das entidades que tenham auferido em cada um dos três exercícios anteriores receita bruta maior que R\$ 1.200.000⁵.


Não há previsão legal de que haja um conselho de administração no Terceiro Setor responsável moral, legal e fiduciariamente pela governança da organização, mas trata-se de boa prática. No caso de sua existência, o papel desse órgão seria o de governar e não administrar o cotidiano, tarefa que incumbe aos executivos.

Vale salientar que governança não se traduz apenas no cumprimento de regras jurídicas. São alguns exemplos de indicadores de boas práticas: um plano de ação coerente com missão, visão e os valores estabelecidos; um eficiente processo de tomada de decisões com separação de direitos e responsabilidades dos órgãos de administração (conselho e executivos), sob a ótica da participação e colaboração; uma política de harmonização de conflitos de interesses, com registro prévio de declaração de potenciais conflitos; uma política de prestação de contas e publicização de atos; e um sistema de avaliação periódico de metas, resultados, processos decisórios e gestores. Essa lista, por óbvio, não é exaustiva.


Transparência e credibilidade

Em suma, concluímos que para aperfeiçoar a gestão das organizações, a governança é premissa de mercado tanto das empresas quanto das ONGs. Nestas, em específico, tendo em vista a bandeira da construção participativa dos processos de transformação social, exige-se manter uma gestão coerente,

que garanta clareza e transparência sobre os princípios e regras que orientam o funcionamento da organização.

Para que as lutas sociais se fortaleçam, é preciso também que as organizações sejam cada vez mais capazes de manter uma pública e sistemática prestação de contas e dar visibilidade ao processo de implementação de suas atividades. Boas práticas constituem um desafio constante e essencial para ampliar a credibilidade no trabalho que as ONGs desenvolvem. 

Links

 www.acolhe.org.br
www.arquidiocesedesaopaulo.org.br
www.casavida.org.br
www.pastoraldacrianca.org.br

Laís Vanessa C. de Figueirêdo Lopes. Advogada e mestranda em direito na PUC/SP, professora de pós-graduação da Unisantos e do Senac/SP. Integrante da International Society for Third Sector Research (ISTR), do Neats – PUC/SP, das Comissões de Direito do Terceiro Setor e dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB/SP, além de conselheira suplente representante da OAB Federal no Conade.

Daniela Pais Costa. Advogada, integrante da International Society for Third Sector Research (ISTR). Mora na África do Sul, atuando na área de governança institucional da ActionAid International e como correspondente internacional de Figueirêdo Lopes e Golfieri Advogados.

¹ ADAPTAÇÃO DO CONCEITO DISPONÍVEL NO SITE DA OECD <www.oecd.org>.

² É POSSÍVEL UTILIZAR COMO REFERÊNCIA AS REGRAS ESTABELECIDAS PELA PRÓPRIA LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES, QUE APESAR DE NÃO VINCULAREM A ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS PODEM ORIENTÁ-LAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO.

³ O LIMITE DE APLICAÇÃO DESSES PRINCÍPIOS É DE ALCANCE MENOR QUE NO REGIME DE DIREITO PÚBLICO, MAS O FATO DE ELAS ESTAREM POSITIVADAS NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA QUE REGEM AS ENTIDADES, INSTIGA QUE O OPERADOR DO DIREITO INVOQUE TAIS PRINCÍPIOS TANTO PARA DEFESA QUANTO PARA A ACUSAÇÃO EM EVENTUAIS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E/OU JUDICIAIS QUE ENVOLVAM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR QUALIFICADAS COMO OSCIPS.

⁴ O DECRETO Nº 3.100/99, REGULAMENTADOR DA LEI Nº 9.790/99, DEFINIU O QUE SE ENTENDE POR BENEFÍCIOS OU VANTAGENS PESSOAIS, COMO OS OBTIDOS PELOS DIRIGENTES DA ENTIDADE E SEUS CÔNJUGES, COMPANHEIROS E PARENTES COLATERAIS OU AFINS ATÉ O TERCEIRO GRAU; ASSIM COMO OS OBTIDOS PELAS PESSOAS JURÍDICAS DAS QUAIS OS MENCIONADOS ACIMA SEJAM CONTROLADORES OU DETENHAM MAIS DE DEZ POR CENTO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS.

⁵ É EXIGIDA AUDITORIA POR AUDITORES INDEPENDENTES REGISTRADOS NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) QUANDO A RECEITA BRUTA AUFERIDA EM QUALQUER DOS TRÊS EXERCÍCIOS FOR SUPERIOR A R\$ 2.400.000.



Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



Fundações de apoio: uma reflexão jurídica

O patrimônio da entidade fundacional pressupõe uma atuação ampla e eficiente nas suas atividades estatutárias

Arcênio Rodrigues da Silva
mariaclara@procultura.com.br



Muito se tem discutido sobre as fundações de apoio criadas sob a égide do direito privado, cuja finalidade é o desenvolvimento de atividades próprias do Estado. Despojado de qualquer sentimento político, sem a pretensão de esgotar a matéria, apresentamos uma análise da natureza jurídica das fundações de apoio, instituídas para atuar em estreito apoio perante as universidades e hospitais públicos.

Sua criação tem o condão de auxiliar o Poder Público no desempenho de atividades ligadas aos serviços de saúde, ensino, pesquisa, entre outras áreas correlatas, uma vez que a ação governamental se vê limitada às diretrizes de seu orçamento, não possuindo, ainda, mobilidade e celeridade imprescindíveis à consecução de determinados fins.

Natureza jurídica

A natureza jurídica das fundações de apoio repousa no direito privado, visto que se regulam pelos dispositivos do Código Civil Brasileiro, em seus art. 62 a 69, e da Lei nº 6.515/73, que exige o registro de sua escritura e respectivo estatuto social junto ao Registro de Títulos e Documentos, especificando o fim a que se destina e declarando a maneira de administrá-la. Essa forma simples de instituição provoca uma distância do que se entende por entidade pública propriamente dita, que, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, necessita de lei para sua criação, e se submete ao controle direto do Estado.

As fundações de apoio, em face de sua gênese, oferecem descentralização e operacionalidade em suas atividades. Entretanto,

são fiscalizadas pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas – que lhes impõe a realização de auditoria e prestação de contas –, além de seus órgãos internos, como Conselho Fiscal e Curador, compostos por integrantes da comunidade acadêmica que os escolhe por eleição ou em decorrência do exercício de cargos na direção da universidade ou do hospital.

A figura do convênio

Necessária a conceituação do instrumento jurídico denominado convênio, que corresponde a acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para a realização de objetivos de interesse comum dos convenientes (entes municipais, estaduais, federais ou privados que recebem recursos do governo federal).

Com o objetivo de restringir a atuação dos convenientes tão somente à finalidade do convênio, a Lei Federal n.º 8.666/93, em seu art. 116, regula esta relação, estabelecendo as regras norteadoras de sua celebração, principalmente quando houver repasse de recursos de entidade pública à organização privada partícipe.

As considerações são pertinentes pelo fato de que não raro encontraremos celebrações desse tipo nas fundações de apoio, e suas execuções deverão, necessariamente, influenciar a opinião dos órgãos fiscalizadores.

Atuação

O patrimônio da fundação é constituído por uma dotação especial, de bens livres de quaisquer ônus reais, sejam numerário, títulos ao portador, objetos móveis, imóveis, créditos e bens isolados ou requeridos. Importante ressaltar que o patrimônio da entidade fundacional pressupõe

uma atuação ampla e eficiente nas suas atividades estatutárias, somada a uma série de outros recursos (receita própria, repasses decorrentes de convênios etc.), que integrarão os meios necessários ao alcance de seu fim social.

As fundações de apoio, criadas no âmbito do direito privado, como anteriormente dito, podem desenvolver atividades ligadas aos serviços de saúde, ensino, pesquisa, entre outras áreas correlatas, no apoio às universidades e hospitais públicos, em conformidade ao consagrado em seus estatutos sociais, e, portanto, sujeitas à estrita obediência legal. Por não estarem alcançadas pela legislação que regula a administração pública, há a necessidade da existência de regulamentos próprios e específicos que suportem suas ações sem, com isso, ferirem princípios legais, devidamente chancelados pelos órgãos colegiados e agentes fiscalizadores.

A exemplo disso, encontraremos situações em que profissionais tenham sido contratados sem os formalismos do concurso público e despesas tenham sido realizadas sem o precedente certame licitatório, cabendo aos órgãos fiscalizadores, em cada caso, conhecer essas regras e sua efetiva aplicação no sentido de avaliar a eficácia das mesmas. Como se pode ver, as fundações de apoio, pela sua natureza, podem estabelecer parcerias com o setor público e privado para o desenvolvimento e financiamento de projetos de interesse assistencial, realizando de forma mais ágil e dentro dos ditames legais.

De idêntica forma, o hospital público conveniado à fundação de apoio, que recebe recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) pela contraprestação de serviços, pode aplicá-lo de forma mais ágil em projetos de melhoria das instalações da unidade hospitalar, seja na aquisição de medicamentos, equipamentos,

infra-estrutura, contratação de profissionais, abertura de novos serviços, dentre tantas carências na área da saúde.

Como se nota, as fundações de apoio não são instituídas por lei autorizativa ou mesmo especial. Em contrário, são regidas pelo Código Civil Brasileiro, ou seja, sob o regime do direito privado, citação expressa nos estatutos sociais.

Dessa forma, por não estarem revestidas das características de fundação pública, não estão obrigadas à legislação aplicada aos órgãos públicos da administração direta ou indireta, uma vez que sua gestão financeira não se dá de forma condicionada às liberações orçamentárias – à semelhança do que ocorre na administração centralizada e autárquica. Suas receitas são provenientes da contraprestação de serviços para a consecução dos seus objetivos estatutários.

Entretanto, vale repisar que as fundações de apoio devem elaborar regimentos internos em estrita observância aos princípios constitucionais que regem a administração pública, quais sejam: publicidade, economicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, amplamente consagrados na Constituição Federal. A doutrina e a jurisprudência dominante admitem a existência legal da fundação de direito público, regida necessariamente por lei emanada pelo Poder Legislativo e a constituição de fundação de apoio de direito privado, sob a égide das normas do direito civil.

Nesse sentido, de forma brilhante sobre a matéria, pronunciou-se o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ao auditar as contas de uma celebrada fundação de apoio, em que concluiu:

“Esta auditoria, analisando o Manual de Normas de Auditoria em Fundações de

Apoio – TCESP – 1997, aplicando a fundação em análise, já que a mesma é entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, salienta que:

- a) as fundações dessa natureza, por serem de direito privado, apresentam uma certa distância do que se entende por entidade pública, na qual, a partir da publicação da Constituição Federal de 1988, necessita de lei para sua criação, além de submeter-se ao controle direto do estado, através do CODEC (página 15 do Manual);
- b) as referidas fundações apresentam peculiaridades, muitas vezes, não se utilizam de recursos públicos, ao contrário, repassam às entidades fundacionais ou autárquicas que auxiliam valores auferidos no desempenho de suas atividades”.

Como dito, não temos a pretensão de esgotar o debate, considerando as opiniões das mais variadas correntes sobre a atuação das fundações de apoio. Contudo, não há como negar a existência destas entidades fundacionais de direito privado e o seu relevante papel desempenhado em benefício da sociedade em parceria com a administração pública. Assim, é chegado o momento de se promover um debate de alto nível, afastado de qualquer sentimento discriminatório, ideológico ou em benefício próprio, a fim de alcançarmos uma legislação transparente, objetiva e que venha ao encontro das necessidades da sociedade cada vez mais carente. 🍷

Arcênio Rodrigues da Silva, Advogado tributarista, especialista em Terceiro Setor e consultor jurídico de entidades fundacionais.

TRIBO KARIRI XOCÓ

Grupo da Tribo Kariri-Xocó de Alagoas, um contato direto com os Índios, sua cultura, seus cantos e suas danças.



Contato para Shows:
www.caririxoco.org.br

Timemania e Terceiro Setor

Entidades de assistência social também poderão parcelar dívidas, mas maiores beneficiados serão os clubes de futebol

Douglas Yamashita
douglas@ramaral.adv.br



O parcelamento de 180 meses vem beneficiar não apenas as entidades desportivas da modalidade futebol, mas também entidades sem fins econômicos portadoras do Ceas

A par de instituir a loteria em favor dos times de futebol, a lei nº 11.345, de 15 de setembro de 2006, estabeleceu um parcelamento de 180 meses para as entidades desportivas de futebol – estendendo-o a entidades beneficentes de assistência social –, e reassegurou às organizações futebolísticas por mais cinco anos, isenção do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Sobre o Lucro (CSL) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), bem como a incidência de Programa de Integração Social (PIS) à alíquota de 1% sobre a folha de salários.

O parcelamento de 180 meses vem beneficiar não apenas as entidades desportivas, mas também entidades sem fins econômicos portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas), concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), independentemente da celebração do instrumento de adesão à Timemania.

Ocorre que, diferentemente de parcelamentos como o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), os débitos vencidos até 30 de setembro de 2005 com a Receita Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Previdenciária, INSS e órgão gestor do FGTS, passíveis de inclusão nesse parcelamento, estarão sujeitos a juros equivalentes à taxa Selic. Isso não deverá incomodar os clubes de futebol, já que a Timemania transfere parte da dívida fiscal aos milhares de apostadores azarados que não forem sorteados. Resta aguardar essa regulamentação.


A isenção de IRPJ, CSL e Cofins e a incidência de PIS à alíquota de 1% sobre a folha de salários, normalmente destinadas a associações sem fins lucrativos, foi reassegurada até 15 de setembro de 2011 aos clubes de futebol, cujas atividades profissionais forem administradas por sociedades empresárias. É que, embora muitos clubes de futebol tenham nascido e ainda perma-

neçam como associações sem fins lucrativos, suas atividades desportivas profissionais, de caráter eminentemente econômico, têm desfigurado sua forma jurídica de associação em sociedades empresárias, que em geral não são contempladas por esses benefícios fiscais.

Desde 1997, quando a lei nº 9.532 revogou a isenção de IRPJ e CSL para entidades desportivas profissionais até então existente, permaneceu a dúvida se clubes de futebol organizados na forma de associações fariam jus à isenção. Note-se, porém, que o dispositivo que assegurou os benefícios fiscais tem eficácia claramente apenas a partir de 15 de setembro de 2006.

Assim, para o passado, a lei não resolveu a incerteza quanto ao direito dos clubes de futebol aos benefícios fiscais, aos quais entende a Receita Federal não fazerem jus os clubes de futebol. Isso deve incentivar os clubes de futebol a incluírem eventuais passivos relativos ao IRPJ, CSL, PIS e Cofins no novo parcelamento de 180 meses.

A lei da Timemania assegurou também aos clubes a incidência da contribuição de 5% sobre as receitas de bilheteira, patrocínio, licenciamento, publicidade, transmissão de jogos etc., mesmo que tais clubes, organizados na forma de associações, exerçam atividades econômicas de produção e circulação de bens e serviços. Essa contribuição substituiu a contribuição de 20% das empresas e a contribuição ao Seguro Acidente de Trabalho (SAT).

Enfim, no país em que o futebol é uma paixão nacional, aceita-se que se faça caridade aos clubes com o chapéu alheio dos apostadores, transferindo parte das receitas da Timemania para o pagamento parcelado de suas dívidas fiscais, e que se favoreça os clubes com regimes especial de tributação. Afinal, suas atividades econômicas são apenas por esporte. 

Douglas Yamashita. Advogado tributarista e sócio da Advocacia Rodrigues do Amaral.

Filantropia e assistência social

Entendendo a classificação das entidades beneficentes

Sergio Roberto Monello
atendimento@sergiomonello.com.br



Como destaque no meu livro *Entidades Beneficentes: Assistência Social, Imunidade e Direito Adquirido*, a Constituição Federal, ao tratar da imunidade de contribuição para a seguridade social pelas entidades beneficentes de assistência social¹, está se referindo àquelas pessoas jurídicas de direito privado que praticam a beneficência, sem fins lucrativos².

Para fins didáticos, deve-se entender que entidade beneficente é o gênero do qual fazem parte as entidades filantrópica e de assistência social. Dessa maneira, pode-se formular o seguinte quadro:

Entidades beneficentes (gênero):

1. Entidades filantrópicas (espécie)
2. Entidades de assistência social (espécie)

Entretanto, para se chegar a essa afirmação, deve-se levar em conta o processo histórico e universal da filantropia como amor à humanidade. Originariamente, a entidade beneficente surgiu da prática da filantropia, como caridade, em seu sentido universal. A entidade beneficente, então, passa a ser designada como entidade filantrópica, ou seja, aquela que pratica a filantropia.

Com as exigências dos tempos, o aumento da pobreza, da marginalização de pessoas e as diferenças sociais, e em decorrência da promulga-

ção da Constituição Federal de 1988, sob a ótica jurídica, a entidade beneficente se desdobra em duas espécies: entidade beneficente filantrópica e entidade beneficente de assistência social.

Filantropia

Como consequência, pode-se afirmar que filantropia, em sentido amplo, se constitui em toda e qualquer ação praticada pelas entidades beneficentes que ajudem a promover, amparar e defender a pessoa humana, com a finalidade de sua inclusão social. Assim, toda e qualquer ação promotora da pessoa humana é uma ação filantrópica. Entretanto, a assistência social, definida como filantropia qualificada, é caracterizada pela qualificação da ação promotora da coletividade em plena sintonia com o contido na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

Portanto, as entidades beneficentes de assistência social praticam a assistência social como filantropia qualificada por meio da visão científica dos serviços sociais, em prol da defesa, da promoção e da inclusão social da pessoa humana, bem como da promoção da coletividade e do bem comum. Segundo a Loas³, a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não-contributiva (que provê os mínimos sociais) realizada por um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Assistência social

Pode-se ainda afirmar que a assistência social se constitui em um método pelo qual o Estado e a sociedade, organizados de forma articulada, envidam esforços integrados para que a pessoa humana, por sua inserção social, possa vir a exercer sua cidadania. E, para atingir esses objetivos, o Estado e a sociedade utilizam recursos humanos, materiais, econômicos e financeiros. O objetivo maior e preferencial da assistência social será sempre as pessoas hipossuficientes,


sem, entretanto, deixar de prestar atendimento a quem dela necessitar⁴.

Os mínimos sociais previstos na Constituição Federal⁵, tais como educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados, se constituem em objetivos primordiais das ações de assistência social.

É fundamental que sejam oferecidos a todas as pessoas, especialmente às mais hipossuficientes e carentes, informações quanto à realidade social, à assistência educacional e à assistência à saúde. Somente um povo com informação, saúde e educação pode fazer valer os seus direitos no exercício da cidadania.

As entidades beneficentes desenvolvem ações de assistência social objetivando a promoção da pessoa, da coletividade, enfim, do bem comum. Como conceituar, então, entidades e organizações de assistência social? Muitas discussões são realizadas na busca por uma definição mais precisa.

Deve ser considerada entidade e organização de assistência social aquela que presta, por si própria ou por meio de parcerias beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários da Loas, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

Finalizando, sugerimos que as entidades beneficentes, organizações de assistência social e filantrópicas façam constar de seus relatórios de atividades, de seus balanços sociais e de suas demonstrações contábeis todo bem e ação promocional da pessoa humana praticado. 

Sergio Roberto Monello. Professor, advogado e contabilista. Sócio-diretor do Escritório Contábil Dom Bosco.

1 ART. 195, PARÁGRAFO 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
2 EM EFETIVA TIPIFICAÇÃO AO CONTEÚDO NO ART. 3º DA LOAS (LEI Nº 8.742/93) E NO ART. 14 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (LEI Nº 5.172/66).
3 ART. 1º DA LOAS (LEI Nº 8.742/93).
4 ART. 203 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
5 ART. 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.



Planejar para o

Estratégias de planejamento levam orga

Thaís Mendes

“Nenhum vento é bom quando não se sabe para onde ir”. A frase do filósofo romano Sêneca traduz exatamente o papel do planejamento estratégico em uma instituição: dar rumo às idéias para que as ações aconteçam da melhor forma possível, fora do imprevisto. Como consequência, a qualidade dessas ações também melhora, o que só traz benefícios à organização. Pode-se tomar como exemplo o Japão, hoje uma das economias mais prósperas do mundo: o país se desenvolveu muito economicamente a partir da década de 1950, após descobrir que seus produtos só seriam exportados se fossem feitos com qualidade. Assim, os japoneses desenvolveram diversas técnicas de gestão e planejamento.

“O planejamento faz com que a instituição minimize a possibilidade de erro, o desgaste de energia e dinheiro”, explica Marcio Zeppelini, editor da **Revista Filantropia**. No caso do Terceiro Setor, é essencial que a organização mantenha-se atenta à sua realidade e às ações que podem ser planejadas; por isso, não há regras rígidas em relação a como planejar. “É

preciso fazer com que a organização atinja seus objetivos no menor prazo possível, com o menor custo possível, atendendo o maior número de beneficiários que puder com a melhor qualidade. Sem planejamento, isso é impossível”, diz Ricardo Falcão, gerente da Rfalcão Consultoria e Planejamento.

“A função do planejamento é estabelecer objetivos claros, definir os meios para atingi-los, mensurar os recursos necessários e identificar onde e como obter esses recursos”, explica João Benício, autor do *Manual de Gestão Financeira para Organizações da Sociedade Civil* e sócio-diretor da organização Pró-Finanças. De fato, para se chegar a esses resultados, é necessário que o processo do planejamento seja adequado à realidade da entidade. Para isso, é preciso checar: a principal atividade da instituição; a missão da entidade; e os objetivos organizacionais, especificando as metas em relação a qualidade, quantidade, prazos etc.

“O planejamento tem a função de ‘pensar’ de maneira sistematizada os processos e procedimentos necessários à implementação da



bem do futuro

organizações sociais a melhores resultados

ação, antes de sua execução, visando orientar a tomada da decisão, por executá-la ou não”, explica Silvana Monteiro Moura da Costa, economista especialista em planejamento e projetos sociais.

Agir é mais importante que pensar

Essa máxima certamente faz sentido, pois a ação concreta mostra resultados. Porém, se a ação for feita sem pensar, ou seja, sem prévio planejamento, ela não é executada da melhor maneira possível. “Pode-se dizer que as organizações que agem sem planejar navegam sem bússola”, afirma Benício. Quando se trata especificamente de comunicação, Zeppelini completa: “É a síndrome do folheto, aquela comunicação que se faz de vez em quando, que o filho do amigo vai fazer no programa Paint Brush para dar uma ajuda. É aquela comunicação malfeita, que desperdiça recursos e aparentemente não dá retorno”.

Nesse quesito, as organizações do Terceiro Setor devem seguir o exemplo das organizações privadas, que, se não produzirem ações

planejadas, podem até ir à falência. “Esse descaso com o planejamento provoca, além de prejuízos materiais, prejuízos morais e éticos. Em organizações sociais que produzem novas oportunidades, autonomia, futuro, enfim, esperança, os prejuízos de ações não-planejadas frustram expectativas humanas e destroem a crença nas instituições”, diz Silvana.

Quem trabalha no Terceiro Setor precisa traçar objetivos para ter uma visão clara das táticas que serão utilizadas para alcançá-los. De acordo com Falcão, é muito comum ouvir as pessoas dizerem que não têm tempo para planejar porque estão executando. “Como é possível ter qualidade no que se faz se não se sabe aonde quer chegar, ou se cada pessoa na instituição quer chegar a um lugar diferente? Então estão executando o quê? Com que objetivo? De que forma? Para beneficiar quem? E a pergunta principal: todos na instituição têm as mesmas respostas a essas perguntas?”, completa.

A verdade é que quanto maior for o envolvimento das pessoas no plano estratégico, maiores serão as chances de o plano gerar os

resultados esperados. A Fundação Gol de Letra, fundada pelos jogadores Raí e Leonardo em 1998, preza muito este trabalho para o bom funcionamento das atividades, como explica o coordenador de comunicação Décio Junior. “O planejamento é essencial. É um instrumento que nos permite avaliar o trabalho do dia-a-dia e planejar para que as ações não ultrapassem a nossa capacidade”, explica.

Passos do planejamento

Segundo os princípios de Igor Ansoff, consultor administrativo e um dos principais responsáveis pela ideia de gestão estratégica, em sua obra *Do planejamento estratégico à administração estratégica*, o planejamento tornou-se necessário quando as empresas e organizações passaram a se preocupar com o ambiente externo, ou seja, com a falta de sintonia entre a oferta de produtos e o mercado. A solução para o problema foi, então, planejar racionalmente para aproveitar as oportunidades e lutar contra os pontos fracos e maximizar os pontos fortes que fossem identificados.

Em princípio, o planejamento é um conceito que pode (e deve) ser utilizado por todo e qualquer tipo de instituição, seja ela privada, de interesse social, de pequeno, médio ou grande porte. Para isso, utiliza-se o ciclo PDCA (*plan, do, check, act*), de Shewart, Demin e Juran, que em português significa a seqüência: planejar, fazer, checar e agir.

No gráfico abaixo, o ato de planejar é o primeiro, ou seja, deve ser feito antes de todos os outros passos.

De acordo com Silvana Monteiro, em sua apostila sobre planejamento e projeto, os exercícios de planejamento podem ser feitos em três dimensões:

- **Planejamento Estratégico:** Planejar estrategicamente consiste em avaliar o cumprimento da missão (da instituição ou projeto) dentro dos contextos interno e externo. Tanto o olhar interno quanto o externo devem estar fundamentados na análise sistêmica que pressupõe interdependência e complementaridade.
- **Planejamento Tático:** Este tipo de planejamento de uma ou mais partes da

organização ou da ação é uma ferramenta para se determinar os caminhos para a consecução dos objetivos, a superação dos desafios, o alcance das metas e a manutenção dos propósitos com vistas ao cumprimento da missão. Este tipo de planejamento refere-se a metas de curto prazo e, portanto, garante ações efetivas e define quais são as melhores maneiras de atingi-las.

- **Planejamento Operacional:** Concentra-se nas formas de utilização dos recursos disponíveis a fim de proporcionar o perfeito funcionamento das partes da organização ou da ação. Esta modalidade de planejamento deve definir alguns itens: os recursos necessários para desenvolver as atividades previstas; os procedimentos; os produtos ou resultados finais; os prazos; e os responsáveis. O operacional, como o próprio nome diz, deve fazer parte da rotina da organização. Seu objetivo é garantir eficiência na utilização dos recursos disponíveis e o cumprimento das atividades planejadas.

De acordo com Ricardo Falcão, o planejamento precisa ser feito em consenso com todos os gerentes e, depois, ser colocado em prática. “O planejamento não é uma camisa-de-força, mas um norte que irá orientar as ações. Assim, devemos repensá-lo, no mínimo, uma vez por ano”, conclui.

Há uma grande produção de metodologias ligadas ao planejamento reconhecidas pela Strategic Planning Society, organização do Reino Unido. Por isso, é impossível criar uma referência para taxar qual método é melhor para tal organização social. Porém, basta analisar pontos como missão e visão para enquadrar sua instituição em uma destas referências. A Fundação Gol de Letra, por exemplo, faz o planejamento em etapas.

“Em um primeiro momento, as áreas (pedagógica, social, administrativa/financeira, comunicação, desenvolvimento institucional e operacional) se organizam para um balanço de como foi o ano para depois planejar o ano seguinte. Posteriormente, a unidade de São Paulo reúne seus coordenadores para uma discussão comum, ao mesmo tempo em que a unidade do Rio de Janeiro faz o mesmo exercício. Concluída esta etapa, os coordenadores das duas unidades se reúnem durante dois dias para alinhar as discussões finais”, explica Décio Junior. O planejamento para 2007, aliás, já começou em São Paulo e no Rio, e o encontro das duas unidades acontecerá em janeiro.

Missão, visão e estratégias

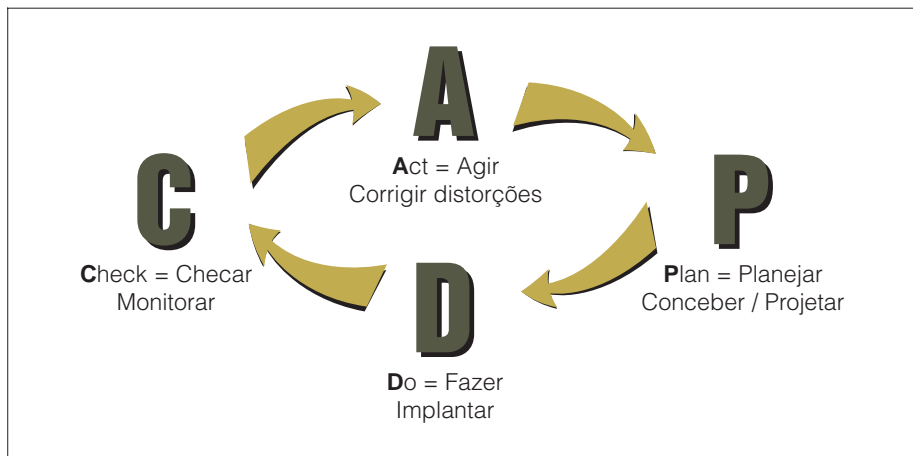
Definir a missão e a visão da entidade faz parte do planejamento estratégico no que diz respeito a um pensamento global. A **visão** deve definir a razão pela qual aquela instituição existe. Deve ser uma frase curta que toque o coração das pessoas. Já a **missão** deve explicitar qual é o objetivo de sua existência, mostrando também em uma frase as ações realistas que a instituição realizará para chegar à sua visão.

Exemplo: Instituto Ayrton Senna:

Visão: “Tendo como fundamento a vida e os ideais de Ayrton Senna, contribuir para a criação de condições e oportunidades para que todas as crianças e todos os adolescentes brasileiros possam desenvolver plenamente o seu potencial como pessoas, cidadãos e futuros profissionais”.

Assim, planejar estrategicamente é avaliar se a missão está sendo cumprida interna e externamente. Internamente, devem ser analisados os pontos fortes e fracos da instituição. Os pontos fortes são aquelas variáveis internas que atuam em prol da missão. Já os fracos

Ciclo PDCA



são aqueles que distanciam a instituição do cumprimento de sua missão e que, por isso, devem ser resolvidos. A análise pode causar mudanças na organização em diversos âmbitos, como pessoas, projetos, políticas etc.

A análise do ambiente externo deve conter:

- **Oportunidades:** Pontos positivos. São variáveis não-controláveis pela organização que podem oferecer condições positivas para cumprir a missão.
- **Ameaças:** Pontos negativos. Podem gerar situações desfavoráveis à instituição.

O estudo deve ser feito para que se aproveitem as oportunidades, se evitem as ameaças e, se houver mudanças externas, a organização possa se adaptar sem alterar sua missão, visão e valores.

Enfim, o esquema acima é o roteiro básico para o planejamento estratégico, mas há muitas outras metodologias, não só destinadas ao Terceiro Setor, que podem ser utilizadas; é necessário ver qual delas é mais adequada à realidade da sua instituição. Porém, um exemplo inovador e interessante é o *appreciative inquiry*, ou investigação apreciativa, criado por David Cooperrider, professor de comportamento organizacional. Esse método se diferencia porque envolve muitos participantes e tem no diálogo sua característica mais marcante. Assim, é possível alinhar visões de futuro e gerar mais comprometimento no grupo. O processo é composto de quatro fases: descoberta, sonho, desejo e destino, e tem como ponto positivo contar com a colaboração de todos.

Como planejar o orçamento?

Prestar contas, especialmente quando se trata de uma organização social, é uma das bases de sua sustentabilidade. É nesse quesito que se mostra a transparência das ações realizadas e, com isso, cria-se credibilidade frente aos financiadores e apoiadores do projeto. “Para que a prestação de contas seja interpretada de forma correta ela deve estar, necessariamente, articulada com um planejamento anterior para que se possa estabelecer uma comparação e mensurar os resultados de forma quantitativa e qualitativa. Só é possível atribuir qualidade a uma ação quando se pode demonstrar a quantidade de recursos envolvidos para realizá-la”, explica João Benício.

De acordo com o consultor, as providências devem ser tomadas na seguinte ordem de ações:

- a) Definir **quem** deve estar envolvido no planejamento. De nada vale reunir a

equipe para planejar se as decisões serão tomadas no nível superior. Se os dirigentes não estiverem envolvidos com o planejamento, é muito provável que a sua implementação apresente problemas.

- b) Estabelecer o **escopo** do planejamento. É possível planejar uma ação, assim como é possível planejar toda a vida da organização.
- c) Um bom planejamento deve ser discutido à exaustão. Portanto, deve-se estabelecer um período que se permita **discutir criteriosamente** os assuntos levantados no planejamento.
- d) Estabelecer períodos de **revisão contínua e periódica** do planejamento como um todo e no orçamento em particular.
- e) Estabelecer um responsável pela gestão orçamentária do planejamento, que será responsável por envolver todos quando houver alguma disparidade orçamentária.

Comunicar para captar

A comunicação é uma área que nem sempre recebe a atenção necessária. Porém, se bem utilizada, é uma das melhores ferramentas para se captar recursos. “Se você souber para quem comunicar e o quê comunicar, sem dúvida vai trazer mais resultados, um retorno maior. E é importante fazer a comunicação sempre, não somente de vez em quando”, explica Marcio Zeppelini.

O editor da **Revista Filantropia** ainda explica que há dois tipos de comunicação:

- **Assertiva:** Este tipo de comunicação afirma e marca a personalidade da instituição. Passa uma visão mais institucional, visando fixar a ideologia, a missão.
- **Prospectiva:** Esta, por sua vez, visa ao fortalecimento da captação de recursos materiais, financeiros e de voluntários, ou seja, quer somar algo à instituição. É a ocasião para decidir quais ações serão

Fator Crítico de Sucesso (FCS)

Na hora do planejamento, é muito importante estabelecer as metas. Porém, mais importante ainda é escolher as estratégias que serão utilizadas para se chegar até os objetivos. E é aí que entra o Fator Crítico de Sucesso (FCS). Qualquer deslize pode atrapalhar toda a estratégia e atrasar as ações que seriam tomadas. Por esse motivo, é sempre importante possuir um plano “b”, “c”, e até “d” na hora de planejar.

Pensar em tudo o que pode dar errado e sugerir mais de uma solução para os problemas é uma boa maneira de fugir dos atrasos. Por exemplo, se a organização quer criar um site, e logo na etapa de registrar o domínio descobre que já existe uma página com o mesmo nome, é preciso pensar em outra estratégia, no caso, já ter outro nome, que estaria preparado caso isso acontecesse. Os FCSs estão associados às atividades em que o desempenho é fundamental para que o processo atinja seus objetivos.



Atividade de estudo na Fundação Gol de Letra, que já iniciou o planejamento de 2007

Utilizando técnicas empresariais

Em muitas ocasiões é possível utilizar conhecimentos do setor privado e convertê-los ao Terceiro Setor. O caso do planejamento estratégico é um deles. De acordo com o guia do Sebrae, planejar estrategicamente se divide em quatro fases:

- **Formulação dos objetivos organizacionais:** Aqui, a empresa (leia-se: organização social) define os objetivos globais que pretende alcançar em longo prazo. Além disso, faz uma lista de prioridades, destacando quais têm maior importância.
- **Análise interna das forças e limitações:** Estudo das condições internas da organização social, avaliação dos pontos fortes e fracos. Este processo envolve: análise dos recursos (financeiros, matéria-prima, tecnologia etc.); análise da estrutura organizacional, aspectos positivos e negativos, divisão de trabalho entre departamentos; avaliação de desempenho.
- **Análise externa:** Reconhecer desafios e oportunidades colocados pelo ambiente externo; conhecer o público-alvo, conjuntura econômica geral, tendências políticas, sociais, culturais, legais etc.
- **Alternativas estratégicas:** Pensam-se alternativas que podem ser adotadas para que se alcancem os objetivos da organização, tendo em vista as condições analisadas anteriormente. Essas estratégias darão curso às ações que serão realizadas futuramente. Em linhas gerais, o planejamento refere-se ao produto (no Terceiro Setor, os serviços prestados) ou ao mercado (no caso, o mercado seriam os beneficiários dos serviços).

Ao se tratar do futuro, o planejamento estratégico deve conter objetivos organizacionais detalhadamente de acordo com departamentos; atividades escolhidas para as ações; o público-alvo visado pela organização, ou seja, os "consumidores" dos benefícios; alternativas estratégicas relacionadas às atividades; e novos investimentos em recursos de todos os tipos para inovação e crescimento.

tomadas, algo como um prospecto. Por exemplo, mesmo que a venda de cartões de natal em 2007 da entidade só vá acontecer no final do próximo ano, é preciso planejá-la desde já, junto com as ações que acontecerão no começo do ano. É neste momento também que a verba é pensada, ou seja, quanto será destinado para a comunicação publicitária ou para captação de recursos etc.

Benefícios do planejamento

Organizações sociais que realizam o planejamento estratégico têm mais facilidade em se organizar para executar as ações, já que estas já estão no papel. Porém, se não houver metas a serem atingidas, não há motivos para planejar. "É preciso ter um objetivo para conquistar, e não pode ser um objetivo utópico. É preciso ter o passo a passo para chegar até ele, já que o planejamento não pode ser macro. Assim não seria planejamento, seria sonho, vontade. Planejar é detalhar, saber os custos necessários, tempo etc.", explica Zeppelini.

O passo a passo deve ser decidido com bom senso. Por exemplo, uma organização decide construir um site. A decisão está tomada. Agora, é necessário ver quais são os passos necessários para alcançar o resultado. Então, é preciso registrar o domínio, contratar uma empresa para fazer a parte visual e a inteligente, preparar textos, captar imagens etc. Além disso, ver quanto será gasto para cada uma das etapas, detalhar datas, prazos e pessoas responsáveis pelas funções.

Somente bons frutos serão colhidos se o ato de planejar se tornar um costume na instituição, tendo em vista que a eficiência e a eficácia estão diretamente ligadas à satisfação do beneficiário, além de terem efeito multiplicador e provocarem mudanças no comportamento

de uma sociedade. "O planejamento reduz aos menores níveis possíveis os riscos de insucesso dos projetos e traz melhores possibilidades de obter resultados com menores gastos. Para mim, o maior ganho de uma ação social bem executada é a satisfação de dever cumprido", conclui Silvana.

Os benefícios que se pode obter de um bom planejamento e, principalmente, de uma boa gestão são muitos. De acordo com João Benício, o planejamento oferece várias possibilidades, como o de possuir uma condução institucional segura, corrigir o rumo que é tomado a todo o momento que isso se fizer necessário, antever resultados, e garantir conforto para todos os envolvidos com a instituição, ou seja, fazer com que parceiros, funcionários e beneficiários possam confiar na conduta e na ética proporcionada por aquela organização.

Planejar é o que permite escrever no relatório de prestação de contas que foram atingidos todos os objetivos no menor prazo possível, com o menor custo possível, atendendo o maior número de pessoas possível. Mesmo que não haja uma regra nesse assunto, ou seja, cada organização deve decidir como consegue trabalhar melhor esse aspecto, o ato de planejar traz, sim, muitos benefícios, se for feito com paciência e comprometimento. De acordo com Ricardo Falcão, "planejar é esperar o melhor, mas se preparar para o pior. É o planejamento que transforma bombeiros em gerentes. Pára-se de viver apagando incêndios e passa-se a gerenciar atividades, pois se está preparado para enfrentar todas as situações".

Links

www.goldeletra.org.br
www.sebrae.com.br



Calendário contábil 2007

JANEIRO

DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
2	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência dezembro/06 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
5	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) - 1ª via	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em dezembro/06
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de dezembro/06
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência dezembro/06, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
8	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente a novembro/06
	Dacon Mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada a entrega da DCTF mensal referente a novembro/06
	Dacon Semestral	Dacon de pessoa jurídica obrigada a entrega da DCTF semestral referente ao 1º semestre de 2006
10	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/06
15	Cofins - código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em dezembro/06
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em dezembro/06
	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência dezembro/06, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31/12/06
31	Contribuição Sindical Empregados	Recolhimento da Contribuição Sindical descontada de empregados em dezembro/06
	Contribuição Sindical Patronal	Recolhimento da Contribuição Sindical descontada de empregados em dezembro/06
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/06
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/1/07
	Previdência Social (INSS) Plano Anual de ação de atividades Dirf/2007	Apresentação ao INSS, pela pessoa jurídica de direito privado beneficiada com a isenção de que trata os art. 206 e 207 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo decreto nº 3.048/1999, do plano de ação das atividades a serem desenvolvidas durante o ano em curso Entrega da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte relativa ao ano de 2006. Data alterada pela INSRF nº 670/06

FEVEREIRO

DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
2	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência janeiro/07 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged) - 1ª via	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em janeiro/07
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de janeiro/07
	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela Internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/06
	Dacon Mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada a entrega da DCTF mensal referente a dezembro/06
9	Dacon Semestral	Dacon de pessoa jurídica obrigada a entrega da DCTF semestral referente ao 2º semestre de 2006
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência janeiro/07, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em janeiro/07
15	Cofins - código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em janeiro/07
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em janeiro/07
	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência janeiro/07, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31/1/07
28	Rais	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/12/06
	Contribuição Sindical	Recolhimento da Contribuição Sindical descontada de empregados em novembro/06
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em outubro/06
	Comprovante anual de rendimentos de pessoas físicas	Fornecimento, pelas fontes pagadoras, às pessoas físicas beneficiárias do Comprovante de Rendimentos pagos e de Retenção do Imposto de Renda na Fonte, relativos aos rendimentos pagos no ano de 2005
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/2/07

TABELAS PRÁTICAS

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (INSS)

1 - Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF	
de	até			
-	R\$ 840,55	7,65%		8%
R\$ 840,56	R\$ 1.050	8,65%		9%
R\$ 1.050,01	R\$ 1.400,91	9%		9%
R\$ 1.400,92	R\$ 2.801,82	11%		11%
2 - Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	empregado	empregador	total
-	R\$ 840,55	7,65%	12%	19,65%
R\$ 840,56	R\$ 1.050	8,65%	12%	20,65%
R\$ 1.050,01	R\$ 1.400,91	9%	12%	21%
R\$ 1.400,92	R\$ 2.801,82	11%	12%	23%
3 - Segurado: contribuinte individual e facultativo				
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuinte (individual e facultativo) o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição				
4 - Salário Mínimo				
Período		Valor		
abril/02 a março/03		R\$ 200		
abril/03 a abril/04		R\$ 240		
maio/04 a abril/05		R\$ 260		
maio/05 a março/06		R\$ 300		
a partir de abril/06		R\$ 350		
5 - Salário Família				
Remuneração		Valor		
até R\$ 435,56		R\$ 22,34		
de R\$ 435,56 até R\$ 654,67		R\$ 15,74		
IR - Fonte e Carnê Leão (2006)				
Base de cálculo mensal		Alíquota	Parcela a deduzir	
até R\$ 1.257,12			isento	
acima de R\$ 1.257,13 até R\$ 2.512,08		15%	R\$ 188,57	
acima de R\$ 2.512,08		27,50%	R\$ 502,58	

Deduções admitidas:

- Por dependente, o valor de R\$ 126,36 por mês.
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.257,12 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade.
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais.
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas.
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

* Tabelas sujeitas a alterações.

Elaborado por Marcelo Teixeira, CRC TC - 1SP224511/O-6, bacharel em direito e contabilista do Escritório Dom Bosco.

Supersimples

Foi aprovado no Senado o Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PLC nº 100/06), o Supersimples, uma das matérias mais esperadas e considerada importante para o desenvolvimento do país, por aliviar a carga tributária das micro e pequenas empresas e promover a formalização de empreendimentos. A principal modificação feita pelos senadores fixou o início da vigência do Supersimples para o dia 1º de julho de 2007, haja vista a necessidade de um prazo para adaptação às novas regras pela Receita Federal e pelos estados e municípios. Também será criado um Comitê Gestor, que será o responsável pela distribuição dos recursos aos entes federativos. O novo sistema de arrecadação substituiu diversos tributos por apenas oito, que serão arrecadadas em uma só guia. Além do Imposto sobre Serviços (ISS), de arrecadação municipal e do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços (ICMS), o recolhimento unificado abrangerá os seguintes tributos: Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Confins), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a contribuição patronal referente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

i www.receita.fazenda.gov.br

Diversidade no trabalho

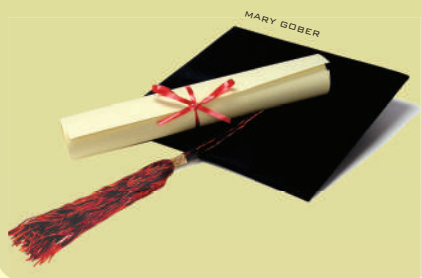
O decreto municipal nº 47.911/06 institui o selo diversidade no trabalho na cidade de São Paulo como instrumento de fomento à superação da discriminação racial e de gênero, valorizando e promovendo a diversidade no ambiente de trabalho. O selo terá validade anual e será conferido a empresas, associações civis e entidades públicas no ato da assinatura, perante a Secretaria Municipal do Trabalho, do Pacto pela Valorização e Promoção da Diversidade, que poderá ser assinado até 15 de fevereiro de cada ano.

i www.capital.sp.gov.br



Terceirização de professores pelas escolas

As instituições de ensino começam a aplicar aos professores o sistema de terceirização, por meio de cooperativas. Para que a cooperativa seja legal, todos os professores devem ter poder de decisão e os lucros precisam ser divididos. Além disso, não pode haver subordinação do docente ao dono da instituição, pois isso caracteriza vínculo empregatício, o que obriga o pagamento dos direitos trabalhistas. A Justiça do Trabalho já julgou ação contra a Faculdade Sumaré, que tem 5.000 alunos e 180 professores (nenhum registrado). Na ação, um professor provou que era subordinado.



Acesso universal nas escolas públicas

Diante da necessidade de se cumprir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação – que prevê o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, matriculados no ensino fundamental da rede pública de ensino –, a resolução CD/FNDE nº 37/06, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, tem o objetivo de aprovar os critérios e parâmetros para o apoio financeiro aos municípios, em caráter suplementar, visando a realização de consulta otorrinolaringológica (diagnóstico clínico), fonoaudiológica (audiometria), consulta oftalmológica e aquisição e distribuição de óculos.

i www.fnde.gov.br

Assistência financeira no ensino médio

A resolução CD/FNDE nº 38/06, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar aos projetos educacionais, no âmbito do ensino médio, para o ano de 2006. A resolução autoriza a apresentação de pleitos de assistência financeira ao FNDE para projetos educacionais que contemplem a execução de ações que contribuam para a manutenção, o desenvolvimento e a equalização das oportunidades de acesso ao ensino médio público, por secretarias de Educação, estaduais e do Distrito Federal.

i www.fnde.gov.br

Renovação do Ceas e o Proni

O CNAS resolveu que o Serviço de Registro e Certificado, para fins de análise, adotará base única de cálculo reduzida na apuração da gratuidade prevista no art. 11 da lei nº 11.096/05, composta da receita anual efetivamente recebida, para as mantenedoras de ensino superior – no caso em que todas as unidades/mantidas tenham aderido ao Proni. As mantenedoras que atuam simultaneamente na política de educação, assistência social e/ou saúde terão a base única de cálculo reduzida. Igualmente acontece para as mantenedoras que atuam no ensino superior e também na educação básica ou ainda em pós-graduação. As mantenedoras que aderiram ao Proni e que atuem no ensino básico poderão computar como gratuidade as bolsas de estudos.

i www.mds.gov.br

Concurso para prática desportiva

A lei nº 11.345/06 – que altera as leis nº 8.212/91 e 10.522/02 – dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e autoriza o parcelamento de débitos vencidos até 30 de setembro de 2005 com a Secretaria da Receita Previdenciária, com o INSS, com a Secretaria da Receita Federal, com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com o FGTS poderão ser parcelados em até 180 prestações mensais, de acordo com a instrução normativa nº 681/06, expedida pela Secretaria da Receita Federal.

i www.receita.fazenda.gov.br



Rápidas contábeis

CNPJ inapto I

As entidades do Terceiro Setor precisam tomar muito cuidado com os documentos que recebem. De acordo com o art. 48 da instrução normativa RFB nº 568/05, será considerado inidôneo, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, o documento emitido por pessoa jurídica cuja inscrição no CNPJ tenha sido declarada inapta.

CNPJ inapto II

A partir do entendimento de que o CNPJ está inapto, os valores constantes do documento não poderão ser: deduzidos como custo ou despesa, na determinação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro; deduzidos na determinação da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas; utilizados como crédito do IPI e das contribuições para o PIS-Pasep e Cofins não-cumulativos; e utilizados para justificar qualquer outra dedução, abatimento, redução, compensação ou exclusão relativa aos tributos administrados pela Receita Federal.

CNPJ inapto III

Como toda regra, há exceções. É o que acontece nos casos em que o terceiro interessado, adquirente de bens, direitos e mercadorias, ou o tomador de serviços, deve comprovar o pagamento do preço respectivo e o recebimento dos bens, direitos ou mercadorias ou a utilização dos serviços. Caso contrário, a entidade terá de recolher 35% de Imposto de Renda na Fonte, calculado sobre o valor pago constante dos documentos.

www.receita.fazenda.gov.br

Mercadorias contabilizadas

ONGs e Oscips que costumam comprar mercadorias ou recebê-las como doações – destinadas à revenda – são obrigadas a contabilizá-las. Caso sejam adquiridas por compra, devem ser somadas ao estoque em contrapartida à conta de fornecedores ou bancos. Se forem doadas, no entanto, por não haver a obrigação de pagamento, devem ser contabilizadas no estoque em contrapartida à conta de receitas. Nos dois exemplos, o registro contábil do recebimento de mercadoria em doação poderia ser efetuado da seguinte maneira: D – Estoque de mercadorias (ativo circulante) ou C – Mercadorias recebidas em doação (conta de resultado).

Livro Razão: encadernação

Quando o assunto é a organização de documentos, boa parte dos contribuintes desconhece o modo correto de armazená-los. É o caso do Livro Razão, que, segundo a legislação do Imposto de Renda, deve ser mantido em boa ordem de acordo com as normas contábeis recomendadas. Em outras palavras, tal referência pressupõe a obrigatoriedade de encadernação. O Livro Razão está dispensado de registro ou autenticação.

www.receita.fazenda.gov.br



Débitos fiscais

O Ministério da Fazenda lançou o Sistema de Execução Fiscal, que permite a cobrança judicial dos débitos fiscais por meio eletrônico e a eliminação gradual do uso de papel. A partir de agora, as execuções fiscais ficam mais ágeis, porque os sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e os da Justiça Federal passam a atuar conjuntamente. Nesta primeira fase do projeto, o sistema funcionará por meio de um convênio entre a PGFN e o Distrito Federal e a PGFN e o Estado de São Paulo e as Justiças Federais da 1ª Região (DF) e da 3ª Região (SP). Por motivo de segurança, os documentos virtuais emitidos serão assinados digitalmente, a fim de se garantir a autenticidade.



Dispensa de empregados I

Atuar com mão-de-obra contratada, dentro da CLT, às vezes pode causar dor de cabeça a quem não possui o mínimo de conhecimento acerca da legislação. Quando do pagamento da rescisão do contrato de trabalho, o empregado deve receber do contratante os seguintes documentos: as três primeiras vias do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, devidamente homologado caso necessário; e o extrato da conta vinculada do FGTS, quando estiver sendo paga a multa indenizatória de 40% ou 20% do saldo resultante de todos os depósitos efetuados pelo empregador a título de Fundo de Garantia; o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção do IRRF para a declaração do Imposto de Renda; e a Relação dos Salários de Contribuição (RSC), se solicitado.

Dispensa de empregados II

Nas hipóteses de dispensa sem justa causa ou de dispensa motivada por paralisação, total ou parcial, das atividades do empregador, deverão ser fornecidos os formulários de Requerimento de Seguro-Desemprego e a Comunicação de Dispensa (CD). O número da CD fornecida ao trabalhador deverá constar obrigatoriamente na Carteira de Trabalho; e, tendo exercido o empregado atividade que permita a concessão de aposentadoria especial, deverá o empregador emitir documento de comprovação de efetiva exposição aos agentes nocivos (formulários DSS-8030 – Informações sobre Atividades Exercidas em Condições Especiais), bem como fornecer uma cópia do perfil profissiográfico previdenciário (PPP).

www.fazenda.gov.br

O desafio de fazer da educação

Milú Villela

comunicacao@facaparte.org.br



A educação ocupa apenas o sétimo lugar entre as áreas em que o Brasil enfrenta seus mais sérios problemas, na opinião da população. Esse é o principal resultado da pesquisa de opinião realizada pelo Ibope, em julho deste ano, sobre o ensino básico no Brasil.

Entre os entrevistados, 15% apontaram a educação como a área mais problemática. A saúde, apontada por 43% dos entrevistados, ocupa o primeiro lugar da lista, seguida por empregos (41%), fome e miséria (31%), segurança pública (31%), corrupção (27%) e drogas (24%). O percentual de entrevistados que coloca a educação como prioritária se mantém praticamente inalterado entre os que têm nível de escolaridade até o ensino médio. No entanto, entre os que completaram o ensino superior, 31% acreditam que a educação vem em primeiro lugar.

Quanto à qualidade da educação básica oferecida às crianças e aos jovens brasileiros,

28% dos entrevistados acreditam que ela é ruim ou péssima. Apenas 25% classificam o ensino como ótimo ou bom, e a maioria (45%) o considera regular. Quase metade das pessoas ouvidas (44%) também acha que a educação está melhorando, mas em ritmo lento – 8% enxergam uma melhora em ritmo acelerado. Na outra extremidade, 20% acreditam que o ensino está piorando. E para 26% ele está igual.

A pesquisa sobre o ensino básico no Brasil é fruto da parceria entre o Ibope, por meio do Instituto Paulo Montenegro – voltado para o desenvolvimento e a execução de projetos na área de educação –, e o Compromisso Todos Pela Educação. O levantamento foi realizado entre os dias 19 e 24 de julho de 2006.

Compromisso Todos Pela Educação

Além da constatação de que a educação básica está longe de se constituir uma prio-

A certeza de dias melhores


Auxiliar idosos e doentes graves a viverem de maneira mais alegre, intensa e confortável possível. Esse é o objetivo que norteia o trabalho de todos os envolvidos no atendimento prestado pela Casa da Humanidade.

Formada por uma equipe multiprofissional, a organização social busca cuidar de todos que a ela recorrem da forma mais ampla possível. Não basta acabar com a dor física, é preciso tratar as dores psíquicas e espirituais. A família e os amigos também devem participar, colaborando e sendo assistidos, a fim de que encontrem alívio para o sofrimento de ver alguém que amam limitado pela senilidade ou por uma grave doença.

Os idosos e pacientes que vão à Casa da Humanidade também recebem um estudo de suas potencialidades de reabilitação, desenvolvido pela equipe de fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. O estudo acompanha um programa personalizado, com exercícios supervisionados, caminha-

das, atividades na horta, jogos, dança, sessões de vídeo, passeios fora da clínica etc.

As famílias, os amigos e os cuidadores recebem treinamentos sobre os cuidados na movimentação do paciente, rotinas de higiene, transferências, curativos e como atender urgências no próprio lar. Quanto à alimentação, a avaliação nutricional inicial e as de seguimento ficam a cargo de uma nutricionista, que também orienta as famílias e os cuidadores.

Para todos os envolvidos no atendimento prestado pela Casa da Humanidade, viver dias melhores é uma certeza. 



Casa da Humanidade é formada por uma equipe multiprofissional

Casa da Humanidade

 www.voluntariado.org.br
joaopaulocolano@vol.com.br
(11) 5083-3463

prioridade nacional


ridade no Brasil, sabe-se que a qualidade do aprendizado é muito baixa. Isso se reflete na escolaridade média dos brasileiros com mais de 15 anos, que é de apenas 4,9 anos (contra 8,8 na Argentina e 12,1 nos EUA), e também na distorção idade-série, na evasão e na repetência muito elevadas.

Diante disso, formou-se em setembro desse ano uma aliança dos esforços da sociedade civil, da iniciativa privada e de gestores públicos com o propósito de efetivar o direito de todas as crianças e jovens à educação pública de qualidade até 2022, bicentenário da Independência do Brasil.

A vocação do Todos Pela Educação é articular e criar sinergia entre os projetos, programas e políticas de educação, existentes e futuros, com base em cinco metas; dar transparência e divulgação aos diagnósticos e propostas relativos às cinco metas; comu-

nicar a causa, sensibilizar o Brasil, criar o senso de urgência, para fazer da educação a grande paixão nacional; mobilizar sociedade, empresas e mídia para acompanhar, pressionar e apoiar o cumprimento das cinco metas.


As cinco metas traduzem em objetivos concretos e alcançáveis a preocupação e o foco na educação:

- **Meta 1:** Até 2022, toda criança e jovem, de 4 a 17 anos, estará na escola.
- **Meta 2:** Até 2022, toda criança de 8 anos saberá ler e escrever.
- **Meta 3:** Até 2022, todo aluno aprenderá o que é apropriado para sua série.
- **Meta 4:** Até 2022, todo aluno concluirá o ensino fundamental e o médio na idade correta.
- **Meta 5:** O investimento na educação básica será garantido e bem gerido. 



Compromisso Todos pela Educação

Compromisso Todos pela Educação

 www.todospelaeducacao.org.br

Milú Villela. Embaixadora da Boa Vontade da Unesco e presidente do Centro de Voluntariado de São Paulo, do Instituto Faça Parte, da Associação Comunitária Despertar, do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) e do Instituto Itaú Cultural.

Voluntariado educativo


Informação de igual para igual

Em 2002, um professor do Colégio Pontagrossense, de Ponta Grossa (PR), atento à questão da gravidez na adolescência, propôs a algumas alunas do ensino médio o projeto Menarca de promoção à saúde. Diferentemente de outros projetos de conscientização, a abordagem é feita pelas próprias adolescentes, de 13 a 16 anos, em linguagem própria. O objetivo é levar informações úteis a garotas de 12 a 15 anos.


O trabalho está dividido em dois módulos. No primeiro, são dadas palestras sobre o corpo humano e os alunos aproveitam para esclarecer dúvidas e conversar com as palestrantes. As palestras do segundo módulo abordam temas específicos como DSTs, menstruação, câncer de mama e métodos contraceptivos.

Para tudo dar certo, o coordenador pensou em todos os passos. Primeiro, ele recruta as alunas palestrantes, selecionadas com base nas respostas dadas na ficha de inscrição e na

atitude delas no colégio. Uma vez aprovadas, elas assistem a palestras para refletirem se realmente querem participar. A etapa final é o treinamento, quando as alunas aprendem alguns conceitos centrais e como abordar assuntos delicados. Depois, têm a liberdade de encontrar uma linguagem própria para retransmiti-los.

Bem estruturado, o projeto ganhou fôlego e passou a contar com a parceria de um plano de saúde local. Além de custear as despesas de transporte das palestrantes, a empresa também oferece orientação psicológica e dicas para que as meninas possam administrar situações difíceis e embaraçosas. 

Colégio Pontagrossense Selo Escola Solidária 2005

 www.facaparte.org.br
(42) 3225-2677



TIM & ANNETTE

Rápidas voluntárias

Rápidas voluntárias



Grupo HSBC tem 20 mil voluntários

O CAV presta consultoria em programas empresariais de voluntariado. Entre as empresas atendidas está o Grupo HSBC, que dispõe de um espaço on-line chamado Portal do Voluntário HSBC, para que os 20 mil colaboradores de todo o Brasil possam compartilhar experiências, difundir ideais, conhecer pessoas e projetos. Essa é uma iniciativa do departamento de responsabilidade social do HSBC, desenvolvida por meio da parceria entre o CAV e o Portal do Voluntário. No site, os colaboradores podem se cadastrar, divulgar as ações voluntárias, criar oportunidades de trabalho voluntário ou doação, engajar-se em alguma ação promovida por outro voluntário, pelo HSBC ou por instituições sociais.

www.portaldovoluntariohsbc.com.br

Mostra de Ação Voluntária

De 4 a 7 de julho de 2007, no Piso Poty do Estação Embratel Convention Center, acontecerá a 6ª Mostra de Ação Voluntária – Cidadania e Responsabilidade Social. O tema do próximo ano será “Comunicação – a responsabilidade de construir um mundo melhor”. A mostra é um espaço para articulação dos três setores da sociedade, em que governo, empresas e organizações sociais têm a possibilidade de divulgar projetos, trocar experiências e estabelecer parcerias, no sentido de construir uma rede social capaz de transformar pequenos atos em grandes ações. O evento, cuja entrada é grátis, tem também o objetivo de estimular o público a praticar ações voluntárias.

www.acaovoluntaria.org.br



Cooperativa das Costureiras da Vila Verde

A cooperativa nasceu do sonho de mulheres de baixa renda, moradoras de uma vila pobre na cidade industrial de Curitiba, excluídas do mercado de trabalho. Com o apoio de uma empresa da região, de funcionários voluntários e de outros cidadãos sensibilizados pela causa, em 2001 aconteceu um grande mutirão de ações, como a compra de máquinas de costura, matérias-primas, apoio administrativo e financeiro e consultoria em cooperativismo para fundar a CooperCostura. Atualmente, são 28 mulheres, entre 18 e 60 anos, que confeccionam e comercializam uniformes profissionais e escolares. Além de gerar renda, o projeto proporciona desenvolvimento pessoal, elevando a auto-estima e a educação das mulheres. A cooperativa aceita pedidos e visitas comerciais.

(41) 3268-6130



Força Voluntária

Fundada em 1984, a SPVS atua há 8 anos no Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-vermelha, e muita coisa tem sido feita para ajudar essa espécie a sobreviver na natureza. Entre outras ações, estão o monitoramento de mais de 130 ninhos, acompanhamento do nascimento e dos primeiros vôos de 49 filhotes no período reprodutivo de 2005/2006 e colocação de 9 rádios-collares para o trabalho de telemetria. O projeto beneficia também o principal ambiente onde a ave sobrevive: a Floresta Atlântica da região do Parque Nacional do Superagüi, em Guaqueçaba, no litoral norte do Paraná. Para conseguir esses resultados, o projeto contou com o apoio da comunidade e de financiadores, que entendem a importância de proteger uma espécie ameaçada de extinção.

www.spvs.org.br

Escola de Educação Especial Nilza Tartuce

Atualmente, a escola atende 260 alunos, entre 0 a 18 anos, com deficiências mentais. A instituição desenvolve projetos de geração de renda que sustentam seus programas, como a panificadora e a oficina de costura, nos quais os alunos aprendem novos ofícios. Além disso, a entidade recolhe roupas e objetos na comunidade, e, nesse caso, a colaboração do voluntário é fundamental, pois são eles que buscam as doações, separam os itens e promovem bazares. Atualmente, a escola está construindo uma nova sede, mais ampla e moderna, que vai ajudar na melhoria do atendimento aos alunos. Para isso, conta com o apoio da comunidade, seja com doações ou por meio da compra dos produtos comercializados pela panificadora, que também oferece cafés, lanches e festas para empresas.

(41) 3252-7354



Fonte: Centro de Ação Voluntária de Curitiba (CAV).

Esse espaço é resultado da parceria com a Revista Filantropia e pode ser utilizado por outros centros de voluntariado do Brasil. Participe: acao@acaovoluntaria.org.br.

Federação Nacional das Apaes

Criada em 1962, a entidade coordena uma rede com 2.000 filiadas que atendem cerca de 250 mil pessoas em todo o Brasil

Luciano Guimarães

Trabalho, dedicação, espontaneidade, perseverança e fé têm sido, basicamente, as características mais marcantes daqueles que atuam em prol das pessoas com necessidades especiais, como as atendidas pelas 2.000 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) existentes no Brasil, filiadas à Federação Nacional das Apaes.

Desde o momento em que as associações passaram a compor uma federação, em 1962, e foram se espalhando pelo país, muita coisa mudou. Avançou-se muito científica e tecnologicamente na realização de diagnósticos e tratamentos de problemas relacionados à síndrome de Down, por exemplo. Atualmente, em torno de 250 mil pessoas são beneficiadas pelas Apaes, e, para que esta máquina funcione perfeitamente, é necessário haver uma estrutura bem montada. A Federação é formada por uma diretoria-executiva, um conselho de administração representado por todos os estados e um corpo técnico-administrativo. É mantida por meio da contribuição das entidades filiadas e promoções realizadas para captação de recursos.

“Prestamos assessoria técnica e jurídica às nossas filiadas, representando o movimento em organismos nacionais e internacionais. Além disso, articulamos e promovemos ações na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, como apoio à família, promoção e articulação de ações para atendimento desse público”, afirma Eduardo Luiz Barros Barbosa, presidente da Federação. “Defendemos uma sociedade justa e solidária, lutando contra a intolerância e pela diversidade.”

Realizações e projetos

Em mais de 40 anos de atuação, a Federação Nacional das Apaes conquistou importantes vitórias na luta pela inclusão social das pessoas com necessidades especiais, especificamente os que têm síndrome de Down. Eventos como as Olimpíadas, o Festival Nossa Arte e o Congresso Nacional das Apaes asseguram a manutenção da unidade da maior rede de atenção à pessoa

com deficiência do Brasil, pois só desta maneira é possível atingir a qualidade de gestão e de prestação de serviços desejados.

A Federação também já desenvolveu vários projetos, como a estruturação da rede de educação profissional nas Apaes, proporcionando infraestrutura para as escolas das associações, com ênfase no apoio e inclusão escolar, projetos de envelhecimento saudável e aumento da rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência.

A entidade conta ainda com parcerias do Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e de diversas empresas privadas. “A intenção é que em 2007 desenvolvamos um grande programa de capacitação de gestores e técnicos, a fim de ampliar os projetos anteriores, além da criação do núcleo de monitoramento e avaliação das Apaes”, salienta Barbosa.

Políticas públicas

Apesar da intensa luta em favor das pessoas com necessidades especiais, ainda há diversas barreiras a serem vencidas, para que haja a difusão dos direitos desses cidadãos na maioria dos municípios brasileiros. De acordo com o presidente da Federação Nacional das Apaes, as políticas públicas para essa parcela da população avançaram lentamente nos últimos anos, mas ainda estão longe de garantir a universalização de atendimento.

“Mesmo com todas essas dificuldades, ao menos as concepções foram acertadas. Temos excelentes leis, mas um orçamento precário. Para se ter uma idéia, somente a partir de 2002, a Saúde assumiu, por meio de portarias, a responsabilidade do atendimento a essa parcela da população”, explica Barbosa.

“A Apaes reivindica dos governantes mais atenção e melhor atendimento às pessoas com deficiência. Nosso objetivo é ajudar a educar a sociedade, a fim de que ela enxergue e assuma suas responsabilidades para com as pessoas com deficiência.”



Federação Nacional das Apaes

Federação Nacional das Apaes
SDS, edifício Venâncio IV, cobertura
BSB/DF
www.apaebrasil.org.br
fenapaes@fapaebrasil.org.br
(61) 3224-9922 / 3224-9709

Fumcad: doações que transformam vidas

Aumento do volume de recursos direcionados aos Fundos Municipais da Criança e do Adolescente depende da melhor divulgação entre os empresários e a sociedade em geral

Luciano Guimarães

R \$ 400 milhões. Esta cifra fabulosa é o potencial estimado de arrecadação de receita do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (Fumcad) da cidade de São Paulo, sobre os valores recolhidos de Imposto de Renda. É dinheiro suficiente para mudar a vida de dezenas de milhares de crianças e adolescentes, tirando-os de caminhos que poderiam levar à delinqüência e à criminalidade.

Criado pela lei federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e, em São Paulo, pela lei municipal nº 11.247/92, o Fumcad é constituído a partir de doações de pessoas jurídicas (até 1%) e físicas (até 6%) do Imposto de Renda devido. Está disponível em todo o Brasil, de acordo com a legislação de cada município.

Para que o incentivo fiscal seja incluído na Declaração de Imposto de Renda deste ano, por exemplo, é necessário doar até 31 de dezembro. Após esta data, a dedução só poderá ser feita na Declaração de 2007, ano-calendário 2006. Além disso, o benefício do incentivo fiscal é concedido somente às pessoas físicas que apresentarem a Declaração de Imposto de Renda pelo modelo completo e às pessoas jurídicas tributadas pelo regime do Lucro Real.

O maior e mais rico município do país, entretanto, só havia arrecadado R\$ 25 milhões até o dia 7 de dezembro, advindos de projetos aprovados no exercício fiscal de 2005. Desse total, aproximadamente R\$ 13 milhões estão sendo executados em projetos conveniados. Cerca de 30 mil crianças e adolescentes recebem assistência em quase 400 projetos sociais.

No ano passado, apenas R\$ 4 milhões entraram nos cofres do Fundo. Mesmo

significando um aumento de 525% de um ano para outro, ainda é pouco frente às necessidades da sociedade. Segundo especialistas no tema, o principal problema para a expansão do volume de contribuições se dá em função do desconhecimento, da maioria dos empresários e da sociedade civil, acerca da legislação vigente. Para se ter uma idéia deste cenário, muitos desconhecem a existência dos Fumcads, e daqueles que conhecem, poucos sabem que é possível fazer doações durante o ano todo, e não, especificamente, em períodos pontuais.

Incentivo

Para tentar reverter esta situação negativa, foi lançado no dia 10 de outubro, na capital paulista, com a presença de quase 300 organizações não-governamentais, secretários municipais, estaduais e empresários, o edital do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) para apresentação de projetos de entidades sociais que tenham por finalidade obter recursos por meio do Fumcad. Para este ano, a seleção dos projetos se estendeu até 10 de novembro.

O edital é dirigido a intervenções em programas voltados exclusivamente para as garantias dos direitos de crianças e adolescentes nas áreas da saúde e educação. O objetivo é que haja o atendimento integral direto do público-alvo de cada projeto. “A idéia é permitir um grau maior de elaboração para que, no momento de análise do projeto, diminua-se a possibilidade de falhas durante sua execução”, explica o secretário de Participação e Parceria da Prefeitura de São Paulo, José Police Neto.



José Police Neto: “Desenvolver o Fumcad é uma ‘grande cruzada’ da sociedade”

Demonstração dos efeitos da doação nos cálculos dos valores de Imposto de Renda devido por pessoas jurídicas

Resultado do exercício	R\$ 150.000	R\$ 150.000	R\$ 150.000
(+) Despesas operacionais não dedutíveis (doações)	R\$ 0	R\$ 300	R\$ 600
(=) Resultado ajustado (base de cálculo)	R\$ 150.000	R\$ 150.300	R\$ 150.600
Imposto de Renda (15%)	R\$ 22.500	R\$ 22.545	R\$ 22.590
Limite de dedução (1%)	R\$ 225	R\$ 225,45	R\$ 225,90
Imposto recolhido	R\$ 22.275	R\$ 22.319,55	R\$ 22.364,10
Imposto repassado diretamente ao Fumcad	R\$ 0	R\$ 300	R\$ 600
Valor financiado pelo contribuinte	R\$ 0	R\$ 74,55	R\$ 374,10

Fonte: Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP)

Segundo ele, o trabalho de captação de recursos para o Fumcad é considerado uma “grande cruzada” que envolve dois fundamentais aspectos: a sociedade civil, que apresenta os projetos sociais, e a capacidade desses projetos estimularem pessoas físicas e jurídicas a investirem em seu próprio futuro.

Inovação

A expansão do Fumcad paulista está sendo facilitada, em parte, pela resolução nº 77/05, aprovada pelo CMDCA da capital, segundo a qual os contribuintes podem direcionar 90% de suas doações para as entidades e os projetos sociais de sua preferência, desde que estes atendam as especificações necessárias para receber os valores. Os outros 10% são direcionados pelo Conselho a outras entidades que não conseguirem atingir as metas para desenvolver seus projetos.

O CMDCA, segundo suas atribuições, é responsável por emitir, anualmente, uma relação que contenha nome e CPF ou CNPJ dos doadores, a especificação dos valores

individualizados de todas as doações mês-a-mês, que deverá ser entregue à unidade da Secretaria da Receita Federal dentro dos prazos estabelecidos pela própria Receita.

A prestação de contas das doações recebidas é pública e pode ser vista por todos os interessados. “As pessoas que doaram podem fiscalizar e acompanhar como suas doações estão sendo aplicadas e, principalmente, as mudanças que estão ocorrendo nesses projetos”, afirma a presidente do CMCDA, Albertina Duarte.


Divulgação

As administrações municipais, encarregadas de gerenciar e distribuir os recursos do Fumcad, e pessoas envolvidas com o tema partilham de opiniões e idéias similares sobre algumas questões: deve haver maior divulgação do Fundo e de seus benefícios e mais participação efetiva de toda a sociedade, incluindo, neste quesito, os profissionais da contabilidade, que cuidam da área financeira das empresas.

“Os contabilistas, mais do que agentes capazes de cuidar das contas das empresas, são personagens aptas a incentivar os empresários a doar ao Fumcad, dirimindo dúvidas e explicando toda a parte legal do processo”, afirma Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos”, presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP), entidade que defende a maior participação do profissional contábil nesta rede de solidariedade.

Os empresários, adverte Gonçalves, estão cheios de vontade de doar ao Fumcad, mas encontram dificuldades porque desconhecem os procedimentos a serem adotados: “A criação de campanhas governamentais sobre o tema e uma maior participação da mídia ajudarão a conscientizar a sociedade sobre a importância dos Fumcads para a criação de um país mais justo socialmente”.

Fumcad/SP

 www.fumcad.prefeitura.sp.gov.br

Fernando Credidio fala sobre Terceiro Setor, Sustentabilidade e Responsabilidade Social

Faça como milhares de gestores sociais em todo o Brasil! Assista às palestras de Fernando Credidio sobre os temas que estão forjando as organizações do futuro!

PARA ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR:

1. Comunicação, Relacionamento com a Mídia e Marketing na Área Social
2. Como Elaborar Projetos Sociais
3. Sustentabilidade e Mobilização de Recursos

PARA EMPRESAS:

1. Responsabilidade Social Empresarial - Definindo Conceitos e Papéis
2. Gestão dos Primeiros Passos em Responsabilidade Social Empresarial
3. Ação e Responsabilidade Social como Estratégia de Marca
4. Marketing Relacionado a Causas Sociais
5. Como Estruturar Programas de Investimento Social e de Voluntariado Corporativo

**palestras
in company**

Para conhecer um pouco mais do trabalho de Fernando Credidio, acesse o blog Cidadania.corp: <http://rsempresarial.spaces.live.com>

*Outros temas sob consulta

Investindo na prevenção da dependência química

Assistente social também atua em projetos sociais em instituições educacionais

Roberto Canton
rocanton@terra.com.br



Giselle Alice Martins Canton
asocial@sergiomonello.com.br



Até os anos 80, a assistência social no Brasil ocorria de forma autônoma, ou seja, as diretrizes e os princípios que guiavam as ações desenvolvidas neste campo eram delineados pelas próprias instituições que praticavam filantropia. No entanto, dispositivos legais como a Constituição de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (Suas) vêm trazendo uma série de parâmetros, que introduz a assistência social no campo das políticas públicas. Isso quer dizer que todo trabalho social deve ser parametrado pela concepção de cidadania.

Encontramos no Suas a proteção como um dos conceitos chaves da assistência social, que é entendida como “o conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, cuja direção aponta para o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania”.

Dentre os níveis de proteção, está a proteção social especial, que tem por objetivo prover acesso a bens e serviços de apoio a pessoas e famílias em situação de risco sociais, dentre as quais destacam-se os usuários de substâncias psicoativas. Neste tocante, não é uma novidade ou um acontecimento contemporâneo o uso de substâncias químicas entre os jovens. Assim, não tão somente às famílias, mas às escolas são colocados desafios de enfrentamento. A escola é geralmente entendida como a segunda unidade de socialização e formação

da criança, e é nela que os valores morais se fortalecem.

Dependência

As conseqüências relacionadas ao uso de substâncias psicoativas pela população, sejam elas lícitas ou ilícitas, apresentam-se na atualidade como um problema de saúde pública. A dependência ou o abuso de drogas colocam-se como fatores de risco para diversas ocorrências danosas ao indivíduo e à sociedade, tal como incremento de mortes violentas, violência doméstica, prejuízo e até perda da capacidade produtiva, bem como doenças físicas e mentais.

O início do uso de substâncias psicoativas se dá, predominantemente, na adolescência. Cerca de 80% dos tabagistas iniciaram o uso do cigarro antes dos 18 anos de idade. O número é acompanhado de dados relacionados ao álcool, em que cerca de 48,3% dos jovens de 12 a 17 anos já fizeram uso na vida de álcool e 5,2% apresentam dependência, segundo o 1º Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil¹. Levando-se em conta que estas são substâncias lícitas e que de acordo com a lei federal nº 9.294/96 teriam sua venda proibida a menores de idade, esta situação abre a discussão em dois pólos.

Primeiro: coloca-se em foco a maneira paradoxal que a sociedade lida com o uso de substâncias psicoativas lícitas entre os jovens, uma vez que o acesso dessa população ao álcool se dá em diversos meios, entre eles, nos locais de comércio que não

cumprem a determinação da lei e no próprio ambiente familiar.

Segundo: a predominante distância e o silêncio que a sociedade e suas instituições reservam ao problema das substâncias ilícitas, tão grave quanto o primeiro, mas que estabelece com este uma relação estreita e por vezes quase um continuum. Se não conseguimos “proteger” nossa juventude do uso daquelas substâncias que são vendidas na padaria da esquina, como fazer, então, com o acesso às drogas ilícitas?

Prevenção

Uma das alternativas que deve ser buscada pela sociedade para o enfrentamento desses problemas é a prevenção. Se o início do uso ocorre em uma faixa etária identificada, então, em vez de esperarmos que o uso se torne um problema, devemos abordá-lo precocemente. Segundo a National Institute of Drug Abuse (Nida), para cada dólar gasto em prevenção economiza-se mais de US\$ 10 gastos com tratamento para abuso/dependência de álcool e outras drogas.


Diferentemente de outras abordagens, tal como o combate à oferta de drogas, a prevenção exige uma disponibilidade e aceitação por parte dos envolvidos em manter um constante diálogo que promova a construção de respostas. Deve-se atentar que, quando se fala em prevenção, a primeira questão a ser respondida é se o meio que deseja tal intervenção está preparado para recebê-la.

Ao se iniciar a discussão de um tema, várias situações podem surgir. Por exemplo, quando se realiza um levantamento para dimensionar o uso de substâncias pelos estudantes em uma escola, alguns pais poderão ficar assustados, pois se a escola se preocupou com tal tema é que a situação deve estar grave. Em um outro foco, o resultado do levantamento poderá discriminar a situação, mas se não houver preparo dos envolvidos, tais dados poderão apenas ser motivo de indiferença ou alarmismo.

A prevenção deve ser dimensionada e desenvolvida de forma específica e contextualizada dentro da realidade da população que se deseja alcançar. O nível de exposição às substâncias psicoativas ao qual os jovens se apresentam deve ser avaliado para inclu-

ção de intervenções em prevenção primária, secundária ou terciária. Os fatores de risco e os de proteção ao uso de drogas devem ser identificados para a obtenção da redução do primeiro e o incremento do segundo.

A prevenção não deve ficar focalizada em eventos isolados, como palestras ou restrita a uma disciplina, mas deverá fazer parte da discussão dos diversos educadores e ser tema de debate entre os alunos, para desenvolvimento de material crítico quanto à percepção dos riscos relacionado ao uso das substâncias psicoativas. Por fim, os diversos atores que compõem esse cenário devem fazer parte ativa do empreendimento, sendo fundamental o fortalecimento e a responsabilização das participações da família e da escola.

Portanto, tendo a família como aliada em projetos de prevenção à dependência química, as instituições educacionais darão os primeiros passos em direção ao cumprimento dos dispositivos legais, para a manutenção e qualificação da sua certificação como filantrópica, ao investir na matricialidade das ações em família e no trabalho socioeducativo. 

BIBLIOGRAFIA
PECHANSKY, Flavio; SCIVOLETTO, Sandra; SZOBOT, Claudia Maciel. USO DE ÁLCOOL ENTRE ADOLESCENTES: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS EPIDEMIOLÓGICAS E FATORES ETIOPATOGÊNICOS. REVISTA BRASILEIRA PSQUIATRIA, VOL. 26 - SUPL. 1, SÃO PAULO, 2004.
ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. DROGAS NAS ESCOLAS. UNESCO, 2005.
NIDA-INFOMFATS: LESSONS FROM PREVENTION RESEARCH. DISPONÍVEL EM WWW.DRUGABUSE.GOV. ACESSADO EM 10/11/05.

Roberto Canton. Médico psiquiatra, especialista em álcool e drogas pela Unifesp, preceptor da residência médica em psiquiatria da Santa Casa de São Paulo, presta assessoria e consultoria em projetos voltados ao atendimento de dependentes químicos.

Giselle Alice Martins Canton. Assistente social, mestre e doutoranda em serviço social pela PUC-SP, assessora em projetos sociais e docente da graduação e pós-graduação da Faculdade Santa Marcelina-Itaquera e diretora da Práxis Assessoria e Consultoria em Políticas Públicas Ltda.

¹ CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS (CEBRIS), 2001.

diálogo social

CURSOS E WORKSHOPS EXCLUSIVOS PARA O TERCEIRO SETOR

- Comunicação e Marketing para o Terceiro Setor
- Elaboração de Projetos Sociais
- Administração Financeira de ONGs
- Direito do Trabalho no Terceiro Setor
- Gestão e Motivação de Voluntariado
- Captação de Recursos e Planejamento de Eventos
- Incentivos Fiscais
- Elaboração de Projetos Culturais

Veja agenda no site

www.
dialogosocial
.com.br

INFORMAÇÕES

dialogo@dialogosocial.com.br

(11) 6281-9643

(11) 7186-9906

Consulte-nos sobre consultoria e cursos In Company

Com quantas varas se faz uma comunidade?

Organização social de Fortaleza contribui para o fortalecimento da identidade comunitária do seu entorno, oferecendo serviços combustíveis para o ser humano de forma integral

Felipe Mello
programa@cantocidadao.com.br



Novembro foi um mês de descobertas. Tanto este ano como em muitos outros. Duvida? Das diversas datas comemorativas que esse mês acomoda entre seus 30 dias, quero recordar o Dia do Inventor, Dia do Cinema Brasileiro, Dia Nacional da Alfabetização, Dia da Criatividade, Dia Nacional da Consciência Negra, Dia da Homeopatia e o Dia das Saudações.

Está sentindo falta de outras datas potencialmente importantes de novembro? Trata-se, neste caso, de uma questão de opção. Afinal de contas, o que não é uma questão de opção? Há algum tempo li algo revelador: “a bem-aventurança não depende das condições, e sim das decisões”.

Durante o 11º mês de 2006, a expedição do Canto Cidadão me permitiu conhecer em terras cearenses, na companhia de Roberto Ravagnani – que divide comigo a direção do empreendimento social –, uma iniciativa promotora de um agradável refocilamento. (Confesso que tartamudeei no momento de utilizar esta palavra. É a primeira vez que a registro em um texto escrito. Foi há pouco que a conheci, em um livro do professor Mario Sergio Cortella¹. Quero reparti-la: refocilamento significa recuperação das energias perdidas, e tal entendimento vem do latim, pois o vocábulo *focus* (fogo) ganhou o diminutivo *focus* (foguinho), indicando esquentar, aquecer, e, por extensão, reanimar. Refocilar é, portanto, reaquecer e revigorar. Camões o usou em seu *Os lusíadas*, dizendo: “Algum repouso, enfim, com que pudesse / refocilar a lassa humanidade”).

O programa comunitário que conhecemos em Fortaleza chama-se Quatro Varas, sendo homônimo da comunidade onde está inserido,

uma das cem que compõe a Favela do Pirambu – que possui uma história de violência e despejos –, na metrópole nordestina que é o maior celeiro mundial de humoristas. Contradição?

Na companhia de representantes da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, visitamos a organização para trocar experiências sobre protagonismo social, notadamente relacionadas à contribuição que o voluntariado organizado pode trazer para o atendimento das demandas comunitárias latentes.

Durante a visita, soubemos que o nome das ruas daquela comunidade evidencia a história de excluídos e de lutas: a rua do Avanço lembra que a luta deveria continuar e que a resistência deveria avançar; a rua do Grito era o local de onde partiam os alertas de “Lá vem a polícia. Vamos resistir” etc. Tendo em vista que a luta exige organização, as pessoas reunidas em assembleia batizaram a comunidade com o nome de Quatro Varas, com a seguinte justificativa: pressentindo a morte, um senhor muito pobre reúne seus quatro filhos e diz: “Vou morrer, e como não tenho nenhum bem material para legar como herança, deixo-lhes uma importante mensagem”.

Em seguida, pede para que cada um lhe traga uma vara e, após uni-las, solicita que as quebrem. Nenhum deles consegue quebrar as varas unidas. “Pois bem”, conclui assertivamente o velho homem, “Esta é a mensagem que deixo: enquanto ficarem unidos como estas quatro varas, ninguém os destruirá”.

Crescimento de uma comunidade

Tudo começou com um Ateliê de Arte e Terapia, precursor do projeto Quatro Varas,

Os índios ensinaram que: “uma aranha sem teia é como um índio sem terra, e como uma comunidade sem a teia da solidariedade”

criado há 17 anos para abrigar os filhos de alcoolistas. Pesquisa realizada na comunidade na favela de Pirambu detectou que, nos finais de semana, os adolescentes deixavam suas casas para fugir dos conflitos do alcoolismo de seus pais. Ficavam vulneráveis às drogas, ao abuso e à exploração sexual e às seitas religiosas.

Foi então, com base na pesquisa, construído um espaço para acolhê-los e estimular os dons individuais. Aos poucos, eles revelavam seu gosto pelo desenho e pintura, destacando a experiência de uma comunidade em face da violência. A experiência originou, inclusive, a publicação do livro *Do sertão à favelada exclusão à inclusão*.

Após a fase de implantação, foram ampliadas e diversificadas as ações comunitárias. Teve início um programa de terapia comunitária, instrumento de consolidação da identidade da comunidade, ameaçada pela dureza da vida cotidiana. Da aliança com a Universidade Federal do Ceará, surgiu o Movimento Integrado de Saúde Mental, por meio do qual os diversos saberes são articulados a serviço das dinâmicas individuais, familiares e comunitárias. Esse movimento atua no sentido do desenvolvimento das diversas potencialidades: as crianças desenhavam, os raizeiros trabalham a terra e as mulheres fazem bordados à mão.

Também como resultado da integração com a universidade, surge o projeto de extensão Farmácia Viva e, no seu lastro, as atividades referentes ao Horto Medicinal e à Horta Comunitária. Com adubos orgânicos e água retirada com ajuda dos cata-ventos, o cultivo de plantas medicinais permite adaptar um conhecimento tradicional à

nova realidade. A produção de chás, xaropes e unguentos, além de favorecer a melhoria da saúde da própria comunidade, destina-se à venda, o que propicia um reforço do orçamento familiar.

A comunidade constrói ainda a Casa da Cura, onde os curandeiros acolhem as pessoas estressadas, vítimas de violência, com insônia ou que sofrem de problemas psicossomáticos. Terminadas as atividades escolares regulares, o grupo do Ateliê de Arte e Terapia realiza uma colônia de férias para abrigar as crianças, defendendo-as contra os perigos da rua.

Certa vez, a comunidade Quatro Varas recebeu a visita dos índios Tremembé para três dias de discussões sobre terapias comunitárias e reflexões sobre suas respectivas comunidades. Os índios ensinaram que: “uma aranha sem teia é como um índio sem terra, e como uma comunidade sem a teia da solidariedade”. Isso explica porque a comunidade Quatro Varas faz da teia da aranha seu símbolo maior. Esse contato com os índios deu ensejo à criação de mais um serviço, a Casa do Acolhimento, espaço reservado para hospedar as pessoas de passagem ou em visita à comunidade e para abrigar os habitantes da favela que, em situação de crise, necessitam de uma atenção especial.

Consolidação de uma comunidade

Outra conquista importante foi a instalação de uma unidade básica de saúde ao lado da organização social, oferecendo aos cidadãos maior dignidade no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Imaginar que os problemas da comunidade Quatro Varas estão resolvidos e que seus moradores desfrutam de um estado da arte no que diz respeito à garantia universal dos direitos dos cidadãos, é quase um devaneio. Contudo, quem por lá passa sente algo diferente no ar, na terra e nos olhos das pessoas. A construção de uma identidade comunitária, que hoje em dia passa muito pela ONG de mesmo nome apresentada, reforça a crença de que é possível avançar.

E as datas comemorativas? Co-memorar, ou seja, lembrar junto. Atenção ao jogo de palavras: uma comunidade que “inventa” o “roteiro do seu filme” (tornando-se protagonista) com “criatividade”, “educação”, “consciência e tolerância à diversidade”, tudo em “doses homeopáticas”, certamente terá muito que saudar.

Terminei novembro refocilado. Terminarei 2006 refocilado. Agradeço sua companhia e paciência. Desejo o melhor refocilamento a você. Até 2007! ☺

Quatro Varas

 www.4varas.com.br

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

¹ NÃO ESPERE PELO EPITÁFIO..., MARIO SERGIO CORTELLA, EDITORA VOZES.



Cultura & Diversão

www.filaafro.com.br

Filarmônica Afro Brasileira

www.filaafro.com.br
contato@filarmonicaafro.com.br 11. 6949 0539
11. 6949 0539 - Institucional
11. 6931 7944 / 6931 8054 - Eventos e Vendas

Eventos Governamentais e Cívicos,
Convenções, Feiras e Eventos Empresariais,
Temporada de Concertos Clássicos,
Shows Jazzísticos e Populares, Gravações de CDs,
Propaganda e Cinema, Shoppings e Teatros,
Intercâmbios Culturais,
Festivais Nacionais e Internacionais

Ação e responsabilidade social como estratégia de marca

Comunicação deve ter função educativa, vender modelos de comportamento, um estilo de vida mais responsável, utilizando as mesmas ferramentas usadas para vender produtos

Fernando Credidio
fecredidio@gmail.com



Não é pecado, absolutamente, uma empresa se valer de estratégias de comunicação para dar visibilidade à sua atuação socioambiental, desde que tais estratégias não camuflem artifícios com fins estritamente mercadológicos

A comunicação deve se constituir em uma parte inseparável das estratégias sociais, sejam elas implementadas por organizações do Terceiro Setor ou pelas empresas. Ela possui, basicamente, duas vertentes: a mercadológica, que foca a imagem da marca; e a institucional, que privilegia a reputação da marca.

Como bem define João Francisco de Carvalho Pinto, diretor da The Key Cidadania Corporativa, cada vez mais a marca deve satisfazer a seus diferentes públicos. Por essa razão, ela precisa compartilhar seus valores, transformando-se em canal de adesão e disseminação de posturas ativas em relação à vivência da cidadania.

Nesse contexto, omitir o que se faz perdeu o sentido. Contudo, se por um lado comunicar é dar o exemplo - estimulando outras empresas a fazerem o mesmo, criando um clima de sinergia, lealdade, orgulho e estima por parte de seus *stakeholders* -, é igualmente verdade que é necessário ter o que comunicar e, principalmente, saber como fazê-lo. Isso porque, no Brasil, a mídia corre mais do que o fato. Como bem define Elói Zanetti, “é muita chuva e pouco trovão”.

Até passado recente, as empresas limitavam-se a trabalhar quase no anonimato, sem fazer muito alarde. Em razão dos generosos espaços que a mídia oferece hoje em dia, elas abandonaram a postura *low profile* para fazer da comunicação peça-chave para o sucesso dos programas e projetos socioambientais que implementam, apóiam ou financiam. A mídia tem reconhecido esse fato, e isso, evidentemente, repercute no incentivo à mobilização para que o empresariado dê seu significativo apoio à causa do bem social e,

principalmente, para que a sociedade exija essa conduta e possa promover a comparação e a cobrança das ações empresariais.

Portanto, não é pecado, absolutamente, uma empresa se valer de estratégias de comunicação para dar visibilidade à sua atuação socioambiental, desde que tais estratégias não camuflem artifícios com fins estritamente mercadológicos, levando em conta apenas os resultados advindos dessa ação - comprovadamente vantajosos.

Algumas organizações ficam em dúvida se é melhor investir na divulgação, destinar os recursos para os projetos implementados pela própria corporação ou doar esses valores para terceiros. Para outras, o custo elevado da comunicação não compensa o investimento. Um terceiro grupo opta por não comunicar por receio de aumentar demandas. Independentemente da política a ser adotada, deve-se ter em mente que no mundo da comunicação não há realidade objetiva: tudo é percepção. As estratégias para a sensibilização e conquista de consumidores devem estar centradas no que os diferentes públicos da empresa pensam a respeito de seus produtos e, em especial, de sua marca. Afinal, não basta aparecer. Tem que parecer e ser!

São várias as maneiras pelas quais as empresas podem comunicar suas estratégias sociais, como por meio do estreito relacionamento com a imprensa (para geração de mídia espontânea - a mais nobre e a de maior credibilidade), pela publicação de anúncios institucionais (deve-se dar preferência aos bonificados), mediante patrocínios esportivos e culturais e, por fim, por intermédio da publicação de relatórios de sustentabilidade e balanços sociais.

Essa última é, sem dúvida, a maneira mais correta de as organizações comunicarem suas ações, desde que, naturalmente, não invistam quantias significativas para fazer isso. Não são poucas as empresas que gastam mais com as publicações do que com as próprias ações.

É importante frisar, também, que o apoio a projetos sociais não garante, por si só, reputação à marca. Da mesma forma, não se deve confundir esse tipo de estratégia com responsabilidade social. Exemplos não faltam. Talvez o mais “notável” seja o da empresa de energia norte-americana Enron. Acusada de manipulações contábeis e contratos de má qualidade, a companhia provocou prejuízos de US\$ 60 bilhões para os acionistas, além de milhares de desempregos e a perda de cerca de US\$ 2 bilhões que seus empregados haviam contribuído para o plano de pensão. Como conseqüência desses atos, o ex-presidente da corporação Jeffrey Skilling foi condenado, no último dia 23 de outubro, a 24 anos e quatro meses de prisão. O mais curioso,


contudo, é que a empresa desenvolvia projetos sociais e Skilling ministrava palestras sobre ética empresarial.

Em se tratando da mídia, a comunicação deve ter uma função educativa. Os comerciais e os anúncios veiculados pelas empresas, mais do que “ensinar” a consumir bebidas e adquirir tantas coisas, devem assumir seu papel social. Assim, a comunicação deve vender modelos de comportamento, valores, um estilo de vida mais responsável, utilizando as mesmas ferramentas usadas para vender produtos, levando as pessoas a refletirem sobre questões que não estão sendo tratadas corretamente.

O importante mesmo é que a comunicação seja colocada a serviço das políticas de responsabilidade social e, com isso, ajudar a organização a atingir uma das premissas da gestão responsável: a criação de valor para todas as partes interessadas.

Faço minhas as palavras de Luiz Buono, vice-presidente de planejamento e aten-

dimento da agência Fábrica Comunicação Dirigida, quando afirma que, felizmente, a consciência dos consumidores está mudando. Realmente, eles estão mais esclarecidos e sabem diferenciar uma ação meramente promocional de outra cujo objetivo é a atitude da retribuição, da recompensa. Essa mudança continua em curso, e as exigências tendem a ser maiores.

Portanto, quem quiser estabelecer um relacionamento mais efetivo com seus públicos terá de pensar com seriedade sobre essas questões. Nesse caminho, com certeza, poderemos dizer, em pouco tempo, que a comunicação – entendida sob o aspecto mais amplo do marketing de (e como) relacionamento – ganhou uma nova função social. 

Fernando Credidio. Palestrante, articulista, gestor e consultor organizacional em Terceiro Setor, sustentabilidade e responsabilidade social empresarial.



Henkel patrocina evento sobre sustentabilidade e meio ambiente


A Henkel, fabricante dos produtos Pritt, Tenax, Loctite Super Bonder, entre outros, é patrocinadora do Ecos do Planeta 2006, que reúne arte, educação e informação para estimular o debate sobre sustentabilidade e meio ambiente. O objetivo do Ecos do Planeta, que conta com a parceria da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, é levar à população conhecimento sobre as questões ambientais. Para isso, contempla uma vasta programação voltada para todas as idades. No “CriançaEco”, o programa inclui exibição de filmes, oficinas de vídeo e atividades lúdicas e ecológicas para contribuir com o desenvolvimento das capacidades de comunicação, expressão e criação da criança e adolescente.

 www.ecosdoplaneta.com.br

Oracle do Brasil e Oracle Education Foundation lançam o portal Think.com

A Oracle do Brasil e a Oracle Education Foundation lançam o Think.com, comunidade de aprendizado on-line mantida pela Oracle Education Foundation, para levar aos estudantes de todo o país das redes pública e privada

a tecnologia aplicada à educação. O portal Think.com reúne mais de 300 mil estudantes e professores em 48 países e já foi traduzido para nove idiomas, incluindo o português. Trata-se de uma comunidade educacional on-line protegida e monitorada, em que os usuários podem compartilhar conteúdos e colaborar com projetos na busca e construção de conhecimento. O programa terá como parceiros, inicialmente, a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp) e a Escola do Futuro da Universidade de São Paulo (USP).

 www.think.com

Vedacit/Otto Baumgart promove curso para internos da Febem

A Vedacit/Otto Baumgart, líder nacional na fabricação de produtos químicos para a construção civil, mantém um programa especial junto à unidade da Febem instalada em Araraquara, considerada modelo no país. Trata-se do curso “Impermeabilização de estruturas”, que já formou duas turmas e no momento contempla 16 internos. A seleção dos alunos leva em consideração dois critérios: bom comportamento e a proximidade da data na qual o interno deverá deixar a instituição. A aceitação foi tão boa que é necessário adequar as vagas ao grande número de interessados em participar. O curso tem duração de aproximadamente três meses.

 www.vedacit.com.br

Projeto da Aché colabora com mais de 1 milhão crianças


O Aché Laboratórios promoveu, durante o mês de outubro, a 3ª edição do programa

Aché Uma Dose de Vida. Assim como nos anos anteriores, parte do valor arrecadado com a comercialização dos medicamentos da empresa foi destinada para um fundo criado exclusivamente para a campanha, que também recebe doações de parceiros e colaboradores. Os recursos arrecadados são doados para 73 entidades com foco na promoção da saúde infantil em 23 estados brasileiros, colaborando com o atendimento a mais de 1 milhão de crianças. Em dois anos, o programa repassou às entidades beneficiadas mais de R\$ 1,3 milhão. Um dos grandes diferenciais da iniciativa social do Aché é a participação ativa da classe médica: é ela a responsável pela indicação e votação das instituições que recebem a maior parcela dos recursos em dez estados e no Distrito Federal.

 www.ache.com.br

Eurofarma lança programa Atitude

A Eurofarma Laboratórios, uma das três maiores indústrias farmacêuticas do país, acaba de lançar o programa Atitude de Sustentabilidade Ambiental, uma campanha de sensibilização e informação que envolve todos os colaboradores, suas famílias e, futuramente, fornecedores e clientes. O programa volta-se para a conscientização sobre a extinção de espécies vegetais e animais como resultado da destruição da biodiversidade, conseqüência direta, por exemplo, do desmatamento. A campanha explora informações sobre o tema e ações da própria empresa que reforçam a sua postura e gestão orientada para a sustentabilidade. Com isso, a aplicação prática do conceito fica clara para todos os envolvidos.

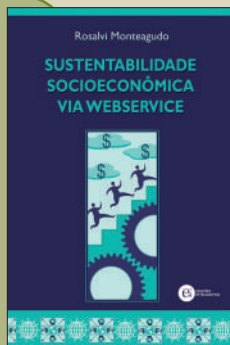
 www.eurofarma.com.br

Livros

Sustentabilidade Sócio-econômica via Webservice

Rosalvi Monteagudo é a autora do livro *Sustentabilidade Sócio-econômica via Webservice* (144 págs., R\$ 25), da Editora Edições Inteligentes. A obra sugere uma nova postura na gestão administrativa das ONGs, com o objetivo de captar os recursos financeiros entre as entidades afins, buscar a redução do custo on-line, compartilhar os recursos, eliminar alguns intermediários e constituir a empresa a partir da organização do e-commerce.

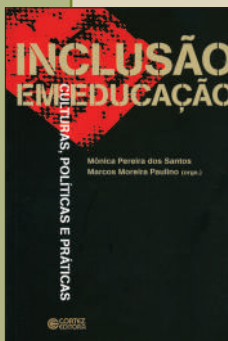
i www.ieditora.com.br
jorge@edicoes.com.br
(11) 3179-0081



Inclusão em Educação

Organizado por Mônica Pereira dos Santos e Marcos Moreira Paulino, o livro *Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas* (168 págs., R\$ 25), Editora Cortez, se destina a todos aqueles que se preocupam com a promoção de um mundo mais igualitário. A obra discute a inclusão com base na idéia de que sua compreensão está ligada ao entendimento de três dimensões: desenvolvimento de culturas inclusivas, planejamento de políticas inclusivas e orquestração de práticas inclusivas.

i www.cortezeditora.com.br
cortez@cortezeditora.com.br
(11) 3864-0111



Relatório Direitos Humanos no Brasil

Resultado do trabalho de pesquisa de 28 organizações ligadas à defesa dos direitos humanos, o *Relatório Direitos Humanos no Brasil 2006* (225 págs., download gratuito) é organizado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e traz um panorama sobre as violações de direitos humanos no Brasil em 2006. A obra é dividida em quatro partes: "Direitos humanos no meio rural", "Direitos humanos no meio urbano", "Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais" e "Políticas internacionais e direitos humanos".

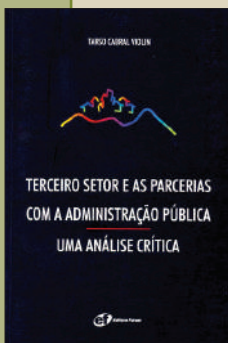
i www.social.org.br
redesocial.org.br
(11) 3271-1237



Terceiro Setor e as Parcerias com a Administração Pública

O livro *Terceiro Setor e as Parcerias com a Administração Pública: uma análise crítica* (306 págs., R\$ 53), Editora Fórum, é fruto do mestrado em direito do estado do professor Tarso Cabral Violin. Analisa o ideário do Terceiro Setor, no contexto do neoliberalismo e gerencialismo, e aprofunda o tema das parcerias entre a administração pública e as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, criticando as ONGs, que de contestadoras passaram, em sua maioria, a serem "parceiras" do Estado, como substitutas dele.

i www.editoraforum.com.br
www.editoraforum.com.br
(31) 2121-4900



Novas opções de adaptação veicular

A Technobras, empresa brasileira que produz e comercializa equipamentos para transporte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, coligou-se ao grupo italiano Media in Progress, líder mundial no segmento. Por conta da ligação do grupo italiano com a maioria das montadoras de veículos da Europa, a Technobras traz para o Brasil as novas tecnologias em transformação veicular, que antes estavam disponíveis apenas para o mercado europeu. São mais de 500 produtos, entre plataformas elevatórias, fixadores de cadeiras de rodas, pisos internos antichama e antiderrapantes.

i www.mediainprogress.com
www.technobras.com.br



Senac tem acervo para deficientes visuais

Uma parceria entre o Senac São Paulo e a Fundação Dorina Nowill para Cegos, por meio do projeto-piloto Ilha de Audição, equipa nove bibliotecas da entidade educacional com acervo em CDs. São 47 best-sellers da literatura nacional e estrangeira, gravadas nesse formato para facilitar o acesso de deficientes visuais às obras contemporâneas. O acervo é encontrado no nos Centro Universitário Senac de Santo Amaro, Consolação e Lapa Scipião – na capital paulista –, além das unidades de Campinas, Bauri, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Limeira.

i www.sp.senac.br



Rede Solidária Curitiba

Entidades assistenciais da capital paranaense se unem para criar a Rede Solidária Curitiba, um projeto pioneiro no Brasil que funciona como uma central de arrecadação de doações, porém com atividades ampliadas. A Rede recebe a doação e a cada 15 dias é feito um bazar,



que possibilita a pessoas de baixa renda comprarem artigos usados com preços mais em conta. O dinheiro arrecadado é dividido entre as cinco organizações que gerenciam o projeto: Socorro aos Necessitados, Associação Franciscana de Apoio ao Cidadão Especial (Afece), Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional (Fepe), Hospital Pequeno Príncipe e Pequeno Cotelengo. O programa foi lançado em novembro e conta com a parceria da Redeimóveis, associação que reúne 12 das principais imobiliárias curitubanas.

i (41) 3079-1790

Cadastro Nacional pelo Ministério da Justiça

O Cadastro Nacional de Entidades Qualificadas pelo Ministério da Justiça (CNEs/MJ) é um sistema eletrônico que tem como principal objetivo facilitar a comunicação entre Estado, entidades e sociedade, já que desburocratiza, padroniza e dá transparência aos processos referentes às qualificações federais. Podem se cadastrar junto ao CNEs/MJ as entidades de direito privado, sem fins lucrativos – cujo objeto social atenda a fins de interesse público – que já detêm ou que estão requerendo qualificações públicas federais ou autorização para funcionamento no Brasil, no caso de organizações estrangeiras. A obrigação de cadastramento, prevista no ofício número 03/2006, foi prorrogada para 15 de janeiro de 2007.

i www.mj.gov.br/cnes



Invenções ajudam PPDs

O site Galeria de Inventores Brasileiros foi criado em 2002 por Antonio Abrantes, examinador de patentes no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), com o objetivo de catalogar e tornar acessível ao grande público as invenções criadas no país. A página possui uma área totalmente dedicada aos portadores de deficiência, que apresenta, entre outras invenções, um aparelho que auxilia o deficiente visual a chamar o ônibus, diversos programas de informática, jogos e adaptações para locomoção.

i <http://inventabrasilnet.t5.com.br/ydefisc.htm>

Informações sobre Síndrome de Down

O Portal Síndrome de Down, idealizado pela psicóloga Fernanda Travassos-Rodriguez, visa esclarecer, orientar e discutir idéias que possam melhorar a qualidade de vida dos portadores dessa alteração genética, com conteúdo que se diferencia por sua simplicidade e objetividade. A intenção é que ele sirva como uma ferramenta a mais no arsenal que já existe para facilitar a vida dos familiares de portadores da Síndrome de Down, dos profissionais de saúde e do público em geral.

i www.portalsindromededown.com

Apoio na captação de recursos

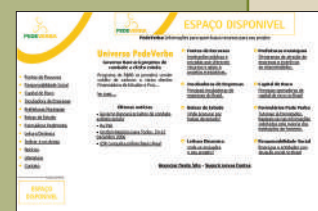
Desenvolvido pela D-mídia Editora, o site PedeVerba é uma nova opção para quem busca informações sobre recursos financeiros e parceiros para a implantação dos mais diversos tipos de projetos, agrupando em um único local todas as informações sobre a área. Traz informações completas sobre algumas das principais organizações do país (públicas e privadas), que atuam como patrocinadoras de projetos sociais, culturais, artísticos, educacionais, socioambientais, turístico, de capacitação tecnológica, entre outros segmentos.

i www.pedeverba.com.br

Portal sobre trabalho infantil

Com o objetivo de facilitar o acesso a informações sobre o trabalho infantil, acaba de entrar no ar o portal do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, elaborado em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O portal contém dados sobre a atuação do Fórum Nacional e dos Fóruns Estaduais, agenda, notícias, legislação, além de contatos de toda rede de parceiros no combate ao trabalho infantil.

i www.fnpeti.org.br



Perguntas do Terceiro Setor

É permitido que uma nova associação utilize o mesmo nome de uma entidade já existente?

De acordo com o art. 54 do Código Civil, ao ser criada, uma associação deve prever em seu estatuto social uma série de exigências, entre elas, a necessidade de indicação da denominação da entidade, que é essencial para sua distinção entre as demais. O Código Civil regula que o nome deve ser distinto de qualquer outro já inscrito, sendo que deve ser acrescentada designação que a distinga de outros nomes semelhantes. Destacase que a denominação é a forma como a pessoa jurídica será identificada em seus atos, perante órgãos públicos e terceiros. Isso é ainda mais importante para as entidades sociais, uma vez que o nome adotado será associado a sua atividade, finalidade e projetos. Há ainda um agravante: se fosse possível duas entidades terem o mesmo nome, ambas seriam identificadas caso alguma delas praticassem um ato ilegal, por exemplo.

As entidades filantrópicas possuem legalmente imunidade/isenção no pagamento de multa, taxa ou preço públicos?

A Constituição Federal prevê a imunidade de impostos, em seu art. 150, inciso VI, para templos de qualquer culto e associações que atuem com a promoção da assistência social e educação. Porém, apenas impostos que recaiam sobre serviços, renda e patrimônio. Já no art. 195, parágrafo 7º, há a previsão da imunidade das contribuições sociais. Em relação às taxas, multa ou preço públicos, não há previsão constitucional específica que preveja a imunidade destes para as entidades sem fins econômicos. O que é possível é a legislação prever a isenção destes, por lei específica que fixará os requisitos a serem preenchidos, competindo a cada ente público a previsão correspondente.

Uma entidade pode ter duas finalidades distintas, como a promoção da cultura e a defesa do meio ambiente?

Não há vedação legal quanto ao objetivo das associações, uma vez que a lei apenas determina que a finalidade esteja prevista no estatuto social das mesmas. O art. 54 do Código Civil prevê o seguinte: "Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá: a denominação, os fins e a sede da associação". Nota-se que a previsão se encontra no plural, autorizando que mais de uma atividade seja exercida. Assim, caso a entidade pretenda promover a cultura e a defesa do meio ambiente ao mesmo tempo, ela poderá fazê-lo, desde que haja tal previsão em seu estatuto social. Quanto às fundações, a regra é distinta, uma vez que o Código Civil, em seu art. 62, parágrafo único, restringe as finalidades das mesmas, a saber: "A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência". Apesar da restrição das finalidades no caso das fundações, entendemos que a lei deve ser interpretada amplamente.

Uma igreja que já possui CNPJ pode criar uma escola que englobe a promoção de esporte, costura e informática?

A finalidade de uma entidade pode englobar esporte, costura e informática, desde que tais finalidades estejam previstas em seu estatuto social. No caso de uma igreja criar tal escola, o melhor seria que a mesma se mantivesse como organização religiosa e uma nova entidade fosse criada para a promoção das finalidades pretendidas, pois esta é uma forma de garantir que a igreja continue a promover a religião e seus ensinamentos. Deve haver um estatuto social distinto para a nova entidade, além dos demais requisitos legais exigidos para que ela possa exercer suas finalidades e conquistar suas certificações.

Uma associação educacional e social ainda não reconhecida como Oscip pode prestar serviços educacionais a outras instituições de ensino com fins lucrativos? Há alguma risco de o associado do prestador de serviço caracterizar vínculo empregatício com o tomador?

Desde que corretamente constituída e com seu estatuto social devidamente registrado, a associação pode prestar serviços a outra entidade, mesmo sem a titulação de Oscip. Os recursos obtidos com a atividade, entretanto, devem ser obrigatoriamente revertidos para a própria finalidade da entidade, diante da ausência de finalidade lucrativa. A qualificação de Oscip será conquistada desde que atendidos os requisitos da lei nº 9.790/99, regulamentada pelo decreto nº 3.100/99, sendo que após a obtenção da qualificação deverá ser firmado um termo de parceria. Para que não exista vínculo entre o associado e o tomador, é necessário que os requisitos essenciais de uma relação de emprego não sejam configurados, como habitualidade, subordinação, pessoalidade e remuneração.

Leitor pergunta

Procuo emprego na área do Terceiro Setor. Vocês têm conhecimento de algum site em que eu possa cadastrar o meu currículo?

Leisa Barros

leisabc@hotmail.com

A **Revista Filantropia** não recebe nem divulga ofertas de emprego. No entanto, sugerimos que você pesquise na internet as organizações presentes em sua região e entre diretamente em contato com elas. Há muitas entidades que trabalham com colaboradores remunerados, mas é preciso aguardar a abertura de novas vagas.



Sou diretor-executivo da Associação Desportiva 9 de Maio, que estará completando 20 anos em 2007. Gostaria de saber se é possível enviarmos um CD-ROM para uma possível divulgação de nossa entidade às vésperas do aniversário?

José Ferreira de Oliveira Filho

9fjr@bol.com.br

Há vários caminhos para a divulgação de sua entidade na **Revista Filantropia**: cadastro de eventos na seção Agenda do site; envio de sugestão de pautas, eventos e artigos não-comerciais; participação nas seções "Mão Dupla" (divulgação de pedidos de doações), "Vitrine social" (divulgação de produtos à venda nas entidades) e "Serviços" (divulgação de livros, sites e serviços oferecidos pela entidade). Esclareço que nenhuma forma de divulgação é comercializada. Por isso, todos os pedidos devem ser aprovados pelo Conselho Editorial da revista. O endereço da redação é imprensa@revistafilantropia.com.br. E não deixe de visitar o site www.revistafilantropia.com.br.



A Revista Filantropia já publicou alguma matéria relacionada à hotelaria? Há algum lugar de pesquisa sobre os trabalhos feitos nessa área?

Lilian

liliangoldfarb@terra.com.br

A **Revista Filantropia** é um veículo direcionado para a gestão das organizações do Terceiro Setor. Sendo assim, não está no nosso perfil a divulgação de matérias específicas da área de hotelaria. Aconselhamos que você procure informações em livros e sites especializados, ou converse com profissionais da área. Por outro lado, acolheremos sua dúvida como uma sugestão para a realização de reportagens a respeito da ligação entre ação social e turismo. Neste caso, seria possível o desenvolvimento de diferentes temas, como turismo sustentável, voluntariado e responsabilidade social no ramo de hotelaria etc.

Agenda 2007

Janeiro

Dias 3 a 31 - Curso: A Participação de Profissionais e Empresários no Desenvolvimento Social

Realização: Universidade Candido Mendes • Local: Rua Conde de Bonfim, 743 • Rio de Janeiro/RJ • www.curso-ucam-cer@oi.com.br • joperpadrao@oi.com.br

Dias 6 a 27 - Curso Elaboração de Projetos Sociais - 14ª Edição

Realização: Perspectiva Social Local: Praça São Joaquim, nº 322 • Araçatuba/SP • perspectivasocial@uol.com.br • (11) 6283-5838 • (11) 7223-7284 • (18) 3441-0860 • (18) 9116-6949

Dias 12 a 18 - Melhores Práticas de Gestão

Realização: Adets • Local: São Paulo/SP • www.adets.com.br • terceirosetor@adets.com.br • (11) 5539-0066

Fevereiro

Dias 26 a 30/06 - Pós-Graduação Educação Comunitária

Realização: Universidade Anhembi Morumbi / Cidade Escola Aprendiz • Local: Rua Casa do Ator, 90 • São Paulo/SP • www.anhembi.br • poslato@anhembi.br • 0800 159 020

Março

Dia 13 - Especialização em Direito do Terceiro Setor

Realização: Centro Universitário Positivo / UnicenP • Curitiba/PR • www.posunicenp.edu.br • tarso@unicenp.edu.br • (41) 3317-3111

Dias 19 a 21 - 1º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos

Realização: Instituto Venturi Para Estudos Ambientais • Local: Rua Dos Andradas, 1.781, cj. 1.805 • Porto Alegre/RS • www.institutoventuri.com.br • institutoventuri@institutoventuri.com.br • (51) 3286-1704 • (51) 3225-7403

Para ver a agenda completa ou cadastrar o seu evento, acesse: www.revistafilantropia.com.br



Sergio Monello

Escritório Contábil Dom Bosco

- ▶ Especializado em contabilidade de entidades do 3º Setor
- ▶ Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista
- ▶ Assessoria na Obtenção e gerenciamento das Certificações
- ▶ Assessoria em departamento pessoal
- ▶ Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

40 anos
de exclusivo
compromisso
com as
entidades
do 3º setor

(11) 3872-1195

www.sergiomonello.com.br

São Paulo
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar Perdizes
São Paulo/SP - CEP 01150-001

Filial Brasília - Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O, sala 611
Brasília/DF - CEP 70340-000

Vitrine social

Vitrine social

ACTC

A Associação de Assistência à Criança Cardíaca é à Transplantada do Coração oferece apoio às crianças cardíacas que buscam tratamento no Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas (HC/FMUSP). Linha de produtos com reproduções de obras do artista plástico Alex Ceverny.

i Rua Oscar Freire, 1.463
São Paulo/SP
www.actc.org.br
actc@actc.org.br
(11) 3088-7454



Camisetas

Nas cores preta, branca, vinho, mostarda, verde-petróleo e bege.
P / M / G.

R\$ 25

Calendário 2007

Em papel, formato
15 x 11,5 cm.



R\$ 10



Ímãs de geladeira
Várias cores.

R\$ 5

Associação Viva e Deixe Viver

Oscip formada por voluntários contadores de histórias que se dedicam a crianças e adolescentes hospitalizados, visando transformar a internação hospitalar em um momento mais agradável e contribuir para a humanização da saúde.

i Avenida Rebouças, 1.206, cj. 6
São Paulo/SP
www.vivaedeixeviver.org.br
comunicacao@vivaedeixeviver.org.br
(11) 3081 6343

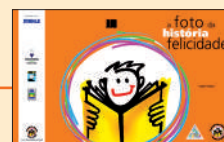
Coleção de Livros A Melhor História

São seis títulos de histórias infantis: *O Cãozinho Bug's*, *Sonhando com Tininha*, *Balão na Terra*, *O Menino dos Oito Óculos*, *O Livro do Futuro* e *Sonho de Faisquinha*.



R\$ 22

R\$ 12 cada



Livro A Foto da História

A obra reúne imagens feitas por um grupo de crianças e adolescentes que já vivenciaram a experiência de estar hospitalizados. Texto de Valdir Cimino.



Pratos da Rota do Chef

O projeto reúne seis restaurantes de São Paulo e distribui pratos ilustrados aos clientes que escolhem a refeição sugerida pelo "chef", sendo parte da renda revertida ao Viva.

R\$ 15 cada

Doutores da Alegria

Organização dedicada a levar alegria a crianças hospitalizadas, seus pais e profissionais de saúde por meio da arte do palhaço. Realiza cerca de 50 mil visitas por ano em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

i Rua Alves Guimarães, 73
São Paulo/SP
www.doutoresdala Alegria.org.br
doutores@doutoresdala Alegria.org.br
(11) 3061-5523
0800 77 10 902
Loja virtual:
www.miracula.com.br
Seção ONGs & Doações

Poemas Esparadrápicos

Poemas infantis.

R\$ 18



R\$ 12 cada

Livros Boca Larga
Dois volumes.

Livro Doutores da Alegria – o lado invisível da vida

De Wellington Nogueira.

R\$ 98



R\$ 6

Pin

Abrale

A Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia é uma organização sem fins lucrativos que luta para disponibilizar o melhor tratamento de doenças onco-hematológicas para todos os pacientes do Brasil.

i Rua Pamplona, 518, 5º andar
São Paulo/SP
www.abrale.org.br
abrale@abrale.org.br
(11) 3149-5190



Camisetas

Femininas, de algodão com cristais. Vários modelos.

R\$ 25

Bolsa

De lona resistente, com o bordado da flor que representa a entidade e feixe de pressão.

R\$ 30 a 35



Pulseira

De borracha amarela, simboliza a união das sociedades no combate aos linfomas e leucemias.

R\$ 5



Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia

AUDITUS

ZEPPELINI

SAÚDE



RELIGIOSOS



ARCHIE M

ASSISTÊNCIA
SOCIAL

EDUCAÇÃO



A Auditus Consultores e Auditores Independentes é uma empresa com larga experiência no atendimento às Entidades do Terceiro Setor, em especial Filantrópicas (CEAS), de todo o Brasil

Uma empresa do grupo:



(11) 3661-9933 | www.AUDITUS.COM.BR
CONSULTORIA E AUDITORIA PARA O TERCEIRO SETOR